



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

COMISSÃO PERMANENTE

ACTA DA REUNIÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 20 minutos.

Antes da ordem do dia. — O Sr. Presidente manifestou votos de rápido restabelecimento aos deputados que sofreram um acidente de aviação na Jamba.

Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas e do expediente recebido.

O Sr. Deputado Joaquim Marques (PSD) referiu-se aos trabalhos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, da semana anterior, em Estrasburgo, em que se debateu a questão da violação dos direitos humanos. Respondeu, no final, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Rogério Brito e Carlos Brito (PCP), António Gutierrez (PS) e Marques Júnior (PRD).

O Sr. Deputado António Gutierrez (PS) solidarizou-se com os deputados vítimas do acidente da Jamba (a que se associaram posteriormente todos os deputados que pediram esclarecimentos), deu conta de algumas das conclusões das recentes jornadas parlamentares do seu partido e manifestou preocupação pela forma como estão a evoluir os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Montalvão Machado (PSD), Carlos Brito (PCP) — que deu explicações ao Sr. Deputado Miguel Macedo (PSD) —, Herculano Pombo (Os Verdes), Vieira de Castro, Silva Marques — que também exerceu o direito de defesa da honra — e Joaquim Marques (PSD), Herminio Martinho

(PRD) e Narana Coissordó (CDS) — que viria a dar explicações ao Sr. Deputado Montalvão Machado (PSD).

Em declaração política, o Sr. Deputado Herculano Pombo (Os Verdes) alertou para as consequências da construção da Via do Infante, no Algarve, no que foi secundado pelos Srs. Deputados José Apolinário (PS) e Carlos Brito (PCP).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Rogério Brito (PCP), a propósito do conflito entre os fruticultores da região do Oeste e o Governo, criticou a política que este vem desenvolvendo no sector agrícola e referiu a importância de que se revestiu a 12.ª Conferência da Reforma Agrária.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado José Apolinário (PS) anunciou a apresentação de três projectos de lei relativos à problemática juvenil, após o que respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Coelho (PSD).

Foi aprovado um voto, apresentado pelo PS, sobre o acidente de aviação ocorrido na Jamba (Angola).

Ordem do dia. — A Comissão tomou conhecimento da deslocação do Presidente da República a Pretória, em viagem de carácter particular, entre os próximos dias 6 e 11.

Foram lidos e aprovados dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados do PSD, do PS, do PCP e do PRD.

Por último, foi igualmente aprovado o projecto de deliberação n.º 57/V.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr Presidente — Srs Deputados temos quórum pelo que declaro aberta a reunião

E am 15 horas e 20 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Presidente	
Vitor Pereira Crespo (PSD)	
Vice Presidents	
Maria Manuela A Dias Moreira (PSD)	
Joao Eduardo C Ferraz de Abreu (PS)	
Jose Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP)	
Antonio Alves Marques Junior (PRD)	
Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD)	
Daniel Abilio Ferreira Bastos (PSD)	
Carlos Manuel M de Almeida Coelho (PSD)	
Joao Domingos F Abreu Salgado (PSD)	
Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD)	
Jose Almeida Cesario (PSD)	
Jose Alvaro Pacheco Pereira (PSD)	
Jose Augusto da Silva Marques (PSD)	
Jose Luis C Vieira de Castro (PSD)	
Mario Julio Montalao Machado (PSD)	
Miguel Bento da Costa Macedo e Silva (PSD)	
Rui Alberto Limpio Salada (PSD)	
Antonio Manuel de Oliveira Guterres (PS)	
Armando Antonio Martins Vara (PS)	
Jorge Lacao Costa (PS)	
Jose Socrates C Pinto de Sousa (PS)	
Carlos Alfredo de Brito (PCP)	
Manuel Rogerio de Sousa Brito (PCP)	
Hermilio Paiva Fernandes Martinho (PRD)	
Narana Sinai Coissoró (CDS)	
Herculano da Sila Pombo Sequeira (PEV)	

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados embora se encontre na Mesa um voto de solidariedade aos nossos colegas que tiveram um desastre no Sul de Angola não quero deixar de comunicar à Comissão Permanente que me tenho mantido perfeitamente informado do estado de saúde desses Srs Deputados

No caso dos Srs Deputados Rui Gomes da Silva e Nogueira de Brito que foram os menos vitimados tudo corre em condições normais Porem infelizmente o caso de saúde do Sr Deputado Joao Soares é mais grave e mas de acordo com todas as informações que possuo felizmente que tudo se está a processar no bom caminho

Ao iniciar esta reunião da Comissão Permanente — e sei que o estou a fazer em nome da Mesa e de todos os grupos parlamentares independentemente do voto que irá ser apresentado — não quero deixar de desejar de todo o coração as melhorias dos respectivos Srs Deputados e a esperança de que em breve os podemos ver entre nós no convívio diário fraterno e amigo Este desejo também é estendido às famílias dos respectivos sinistrados

O Sr Secretário vai dar conta do expediente que deu entrada na Mesa

O Sr Secretário (Reinaldo Gomes) — Srs Deputados deram entrada na Mesa os seguintes projectos de lei n.º 430/V apresentado pelo Sr Deputado Octávio Teixeira e outros do PCP propondo a alteração ao Código do IRS reduzindo o peso da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e a injustiça fiscal n.º 431/V apresentado pelo mesmo Sr Deputado e outros do PCP que visa a suspensão da retenção na fonte para efeitos do IRS dos rendimentos do trabalhador dependente e determina a publicação de novas tabelas práticas a aplicar em 1990 Ambos os diplomas foram admitidos e baixaram à 7 Comissão

Deu ainda entrada na Mesa o inquérito parlamentar n.º 15/V apresentado pelo PSD sobre a actuação das autarquias do Seixal e de Loures na concessão de favores ao PCP numa operação de compra de imóveis e na cedência de bens serviços e instalações a esse partido na realização da festa do A ante Foi igualmente admitido

Deu também entrada na Mesa o expediente todo ele manifestando pesar pelo acidente ocorrido na Jambalaya com os nossos colegas já referenciados pelo Sr Presidente fazendo votos pelas suas rápidas melhorias das Camaras Municipais de Ribeira Grande de Portimão de Miranda do Corvo e membros da Assembleia Municipal do Fundão do presidente da Assembleia Municipal de Paredes de Coura do presidente da Assembleia Legislativa dos Açores do presidente da Assembleia Municipal de Vouzela da Assembleia e Junta de Freguesia de Parada da Tadeia (concelho de Paredes) da Comissão Política Distrital do Porto do PSD da Comissão de Defesa dos Trabalhadores Hidráulicos de Leixões do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas do Partido Democrático do Atlântico do Conselho de Administração do Hospital de São Francisco Xavier do Conselho de Administração do Hospital de São João e respectivo director de S. Ex. o Embaixador da Índia em Lisboa da firma Almeida Bastos e Dias L. de Lisboa e do presidente da direção da Associação Portuguesa dos Exportadores de Textil

O Sr Presidente — Srs Deputados como há pouco referi deu entrada na Mesa um voto de pesar subscreto por Srs Deputados do Grupo Parlamentar do PSD e um projecto de deliberação em que conforme foi discutido na conferência de líderes que teve lugar hoje da parte da manhã se solicita a convocação da Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias

Encontra-se ainda na Mesa uma carta da S. Ex. o Sr Presidente da República anunciando a sua deslocação à África do Sul

Inseriu-se para produzir intervenções neste período de antes da ordem do dia os Srs Deputados Joaquim Marques, António Guterres, Herculano Pombo, Rogério Brito, Narana Coissoró e José Apolinário.

Tem pois a palavra o Sr Deputado Joaquim Marques

O Sr Joaquim Marques (PSD) — Sr Presidente caros colegas A luta pela defesa e promoção dos direitos do homem é tão elevada quanto a consciência dos

indivíduos e dos povos lhes permitiu aperceberem-se que a sua própria dignidade exigia o respeito de uns pelos outros.

A evolução histórica tem-nos proporcionado constatar que o respeito pelos direitos do homem tem vindo em crescendo sem embargo de, mesmo no nosso século XX, se poderem verificar, com testemunhos presenciais, o que foi a barbárie nazi ou o criminoso totalitarismo estalinista. Vítimas destas inenarráveis situações, foram, para além dos povos governados por nazis e estalinistas, muitas populações de crenças e países diversos.

A história não pára, porém. E o acesso à informação, que as novas tecnologias cada vez mais permitem, não consentirá que os cidadãos e as nações deixem de avançar no caminho da liberdade cívica, política, religiosa e cultural, ou seja, no trilho da promoção dos direitos do homem.

Sr. Presidente, na semana passada realizou-se em Estrasburgo mais uma Assembleia Parlamentar no Conselho da Europa. Como se sabe, todas as democracias pluralistas da Europa participam, como membros de pleno direito, nos trabalhos do conselho.

Pela primeira vez, contudo, participaram nos trabalhos da Assembleia Parlamentar, como convidados especiais, representantes dos Parlamentos da Hungria, da Polónia, da Jugoslávia e da União Soviética.

Este é um facto de real importância no ano em que se comemora o 40.º aniversário do Conselho da Europa.

Sobretudo, porque demonstra que, afinal, os valores que sempre nortearam a Assembleia das Democracias Europeias começaram a sensibilizar os parlamentos de outros países cujas forças políticas e sociais já verificaram que, sem liberdade e sem respeito pelos direitos do homem, o caminho do desenvolvimento e do progresso económico, social e cultural está bloqueado.

Saudamos, assim, Sr. Presidente, a evolução que se tem verificado — e que é irreversível — no tocante ao relacionamento entre os países europeus, e que conduzirá, em cada dia que passa, ao crescente reconhecimento dos direitos que assistem a todo e qualquer cidadão: tenha nascido em Lisboa, em Moscovo, em Bruxelas ou em Budapeste.

Como não podia deixar de ser, a Assembleia do Conselho da Europa, com a participação de polacos, húngaros, jugoslavos e soviéticos debateu diversas questões relacionadas com a violação flagrante de direitos do homem: a questão da minoria húngara na Roménia; a questão da minoria turca na Bulgária; os problemas do próximo Oriente.

A este respeito, a Assembleia constatou as flagrantes violações dos direitos do homem praticados pelas autoridades israelitas sobre palestinianos dos territórios árabes ocupados. Com efeito, se a Assembleia do Conselho da Europa considera imprescindível que a comunidade internacional reconheça, definitivamente, ao Estado de Israel, fronteiras certas e seguras, também exige de Israel o reconhecimento ao povo da Palestina do seu inalienável direito à auto determinação e independência.

E é indispensável que, de uma vez por todas, cessem as intoleráveis violações dos direitos do homem praticadas pelas autoridades de ocupação que, nos últimos dois anos, mataram cerca de setecentos palestinianos; feriram alguns milhares; arrasaram centenas de

habitações; expulsaram da sua terra centenas de pessoas e prenderam, sem culpa formada, milhares de cidadãos palestinianos.

Sr. Presidente, é com tomadas de posição firmes contra as violações dos direitos do homem, seja no Chile ou na China, na Roménia ou em Israel, que a Assembleia da República e Portugal podem, com verdadeira autoridade moral, condenar e repudiar frontalmente as atrocidades de que é vítima o povo maubere. O povo de Timor-Leste perseguirá a nossa consciência moral enquanto a comunidade internacional se mostrar incapaz de encontrar a solução que respeita à sua liberdade e à sua autónomia política e cultural.

Por isso, não podemos deixar de saudar vivamente as posições defendidas pelo Sr. Presidente da República na visita oficial que está a realizar aos Países Baixos.

A inequívoca defesa que o Sr. Presidente fez, em cerimónias oficiais, dos direitos do povo maubere é a garantia de que, em consonância com a Assembleia da República e com o Governo, o povo português continuará a promover a defesa intransigente da identidade própria, forjada ao longo de séculos em contacto com os portugueses, do povo de Timor-Leste. Nós, social-democratas, condenamos as violações dos direitos do homem seja no Chile ou na China, na África do Sul ou na Roménia. Não somos maniqueistas. E, por isso, pensamos que todas as violações dos direitos do homem são inaceitáveis e, portanto, condenáveis.

A História foi, por vezes, manipulada de forma primária: O que aconteceu na Hungria em 1956, por exemplo, só agora começa a ser reconhecido com exactidão. As próprias autoridades húngaras reabilitaram a memória daqueles que mais não queriam do que tomar os destinos do seu povo nas suas próprias mãos. Saudamos, por isso, a atitude do Sr. Presidente da República e dos deputados que o acompanhavam — com exceção do representante do PCP — na homenagem que prestaram àqueles que, há mais de trinta anos, foram assassinados pelas autoridades estalinistas pelo simples facto de pretenderm que a Hungria fosse um país livre, próspero e justo.

Compreendemos, assim, com a evolução presente e evolução previsível, a incomodidade que se vai instalando naqueles que alimentaram a sua vida de mitos que não passavam de tremendas mistificações.

Compreendemos também a incomodidade daqueles que, sempre se tendo batido pelos direitos do homem — nomeadamente no nosso país, em 1975 —, vêm agora dirigentes do seu próprio partido celebrar acordos de incidência política e social com responsáveis de outro partido que, vivendo na União Soviética na década de 50, só agora começa a tomar conhecimento dos morticínios estalinistas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A informação destruirá os mitos. E os mistificadores e os seus ocasionais companheiros de caminho acabarão por concluir que as forças do progresso são aquelas que inequivocamente se batem, com coerência, pelos direitos dos homens e mulheres de todo o mundo!

Aos acordos contra-natura, à verdade e os portugueses se encarregará de dar a adequada resposta!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Rogério Brito, Carlos Brito, António Guterres e Marques Júnior.

Tem pois a palavra o Sr Deputado Rogério Brito

O Sr Rogério Brito (PCP) — Sr Deputado Joaquim Marques não lhe parece que há uma contradição evidente do Conselho da Europa ao reclamar-se da democracia e de fórum dos direitos humanos e a passividade que o mesmo tem assumido perante um Estado Membro que comete sistemática e diariamente atentados aos direitos humanos às regras mais elementares de um Estado democrático de direito como é o caso da Turquia?

Pergunto pois Sr Deputado se não considera que a aceitação passiva deste comportamento por parte da Turquia no seio do Conselho da Europa o não comproverte e não o desacredita e se mais do que isso não o torna conivente

Gostaria ainda de saber se o Sr Deputado não considera hipócrita que o elevado número dos parlamentares membros do Conselho da Europa invocando sistematicamente os direitos humanos e a democracia acabem por ser coniventes pelo silêncio e pelos interesses exactamente com os atentados perpetrados sistematicamente contra esses direitos humanos e o Estado democrático de direito, como acontece com um seu Estado Membro nesse mesmo Conselho da Europa

É perante este quadro que pergunto ao Sr Deputado se se sente bem com a consciência ao ter citado países de Leste e extremo Oriente e não ter feito a mínima referência ao caso mais importante desta última reunião plenária do Conselho da Europa que foi exactamente a participação do primeiro ministro turco no seu plenário e o exercício de hipocrisia que foi lá realizado

O Sr Presidente — O Sr Deputado Joaquim Marques pretende responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr Joaquim Marques (PSD) — Prefiro responder no fim Sr Presidente

O Sr Presidente — Então tem a palavra o Sr Deputado Carlos Brito

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Deputado Joaquim Marques ouvi com muita atenção a intervenção que produziu. De inicio pensei que se trataria de uma declaração sobre os direitos humanos feita com elevação e que embora merecendo em muitos aspectos a minha discordância eu o ouviria com aquele respeito intelectual que se tem por quem fala a sério. Porém no fim da intervenção do Sr Deputado tive que concluir que o que preocupa o Sr Deputado não são os direitos humanos mas sim ao fim e ao cabo o quadro muito incômodo em que o seu partido o PSD se encontra colocado em face das próximas eleições autárquicas.

Não será o facto de o PSD estar colocado perante um quadro muito negro nas eleições autárquicas que representa digamos a quase certeza de perder Lisboa a alta probabilidade de perder o Porto e não ganhar Coimbra a impossibilidade de ganhar Setúbal, Braga e os cinco mais importantes concelhos do País e os cinco que vem a seguir que incomoda o seu partido? Não será isso que faz o PSD incidir e reincidir num anti comunismo primário que já não se usa em parte alguma e que faz o Sr Deputado Joaquim Marques

produzir uma declaração que principiando de uma maneira muito respeitável termina dessa maneira absolutamente oportunista?

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado António Guterres

O Sr António Guterres (PS) — Sr Presidente Srs Deputados No melhor pano cai a nódoa! Começámos a ouvir com todo o interesse e até com manifesta simpatia e aplauso uma intervenção apropriada sobre a questão dos direitos humanos. Porém depois verificamos completamente a despropósito que houve a tentativa de manchar esse belo rendilhado com uma nódoa que nada tem a ver com o conteúdo anterior. Poderia responder confundindo a Primavera de Praga com a Comissão Regional de Turismo do Algarve mas também me parece manifestamente desproporcionada a comparação e por isso mesmo registava apenas a nossa concordância com a preocupação do Sr Deputado em relação aos direitos humanos e a nossa perplexidade face à confusão da parte final da sua intervenção

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Marques Junior

O Sr Marques Junior (PRD) — Sr Deputado Joaquim Marques creio que nunca será demais e que a todo o tempo e a todo o momento se justifica fazer declarações sobre a questão dos direitos do homem. É evidente que desse ponto de vista a sua declaração foi muito positiva — e gostaria de sublinhar isso — sem prejuízo de algumas divergências relativamente ao aspecto global da mesma

Gostaria também de sublinhar que na intervenção que o Sr Deputado produziu houve um aspecto que considero muito importante e que foi a referência às visitas do Sr Presidente da República nomeadamente à Hungria e à Holanda e que quanto a esta questão tem tudo uma ação incansável e a todos os títulos louvável. Nomeadamente e por razões óbvias refiro-me à visita à Holanda em que fez da questão de Timor uma questão fulcral fundamental

Portanto resumo gostaria de aproveitar esta oportunidade para me solidarizar relativamente ao tom geral daquilo que se pode entender sempre como oportunista na defesa dos direitos do homem seja em que lugar for que esses direitos sejam violados

Gostaria ainda de sublinhar a propósito da intervenção do Sr Deputado aquilo que tem sido um empenho que não é só institucional mas creio que tem muito a ver com uma postura política relativamente à defesa dos direitos do homem no caso particular de Timor das últimas intervenções do Sr Presidente da República nomeadamente aquelas que produziu nos locais adequados na Holanda

O Sr Presidente — Para responder tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Marques

O Sr Joaquim Marques (PSD) — Em primeiro lugar quero agradecer a todos os colegas que se referiram à minha intervenção a atenção que dispensaram e que naturalmente suscitou algumas duvidas que vou procurar esclarecer

Em relação ao Sr. Deputado Rogério Brito, meu companheiro da delegação ao Conselho da Europa e com quem já foi possível estabelecer um cordial diálogo a respeito de todas estas questões, devo dizer, claramente, que não me referi à Turquia, como não me referi ao Cambodja ou a Angola ou a qualquer outro país. Teria de fazer uma lista exaustiva para referir todos os países, em que mercê da actuação dos respectivos governos são diariamente violados os direitos do homem.

Por isso, Sr. Deputado Rogério Brito, digo-lhe, com toda a sinceridade, que, assim como condono a violação dos direitos do homem na Roménia ou na África do Sul, também condono as violações do direito do homem que, porventura, aconteçam na Turquia.

Quanto à questão de esta situação poder ou não contrariar a vocação do Conselho da Europa, no sentido da defesa intransigente dos direitos do homem, devo dizer que, não obstante os direitos do homem como nós os entendemos, ainda não serem respeitados em toda a sua plenitude na Jugoslávia, na Hungria, na Polónia, na União Soviética, isso não impediu que o Conselho da Europa tivesse convidado os parlamentos desses países para se fazerem representar, como convidados especiais e com direito de participação, nos seus trabalhos.

Isso significa, portanto, a importância do diálogo e que, muitas vezes, também é preciso saber dar tempo ao tempo para que as coisas evoluam favoravelmente.

Agora posso dizer, com toda a clareza, Sr. Deputado, que pessoalmente, e naturalmente que o meu partido também, condono as violações dos direitos do homem, verifiquem-se elas onde se verificarem.

Sr. Deputado Carlos Brito, devo dizer que quando fiz esta declaração estava a falar a sério e não a brincar! Se estivesse a falar a brincar, como o Sr. Deputado Carlos Brito sugeriu, estaria a demonstrar muita falta de respeito para com a Assembleia da República e, em consequência, para com o povo português. Porém, não é esse o caso!

De facto, falei a sério e devo dizer ao Sr. Deputado Carlos Brito que ouviu coisas que eu não disse! O texto que li está aqui presente e poder-se-á verificar que nem uma vez fiz referência às eleições autárquicas. Quem fez referência às eleições autárquicas é o Sr. Deputado que se não é bruxo parece, já que diz que o PSD vai perder aqui, deverá perder acolá, eventualmente irá empatar em qualquer outro sítio.

Portanto, torno a repetir que não fiz minimamente referência às eleições autárquicas! O Sr. Deputado Carlos Brito e o PCP é que terão, possivelmente, alguns problemas em relação a isso, porque sem termos abordado esse tema ele vem sempre à «baila». Oxalá, Sr. Deputado, que possamos falar nas eleições autárquicas quando for caso disso e com mais elementos.

Em relação à questão da defesa dos direitos do homem o Sr. Deputado António Guterres começou por referir — e estamos de acordo a esse respeito, aliás, não tinha dúvidas algumas quanto a essa questão — que se tratava de um «pano» razoável mas que, apesar disso, nele caiu uma «nódoa», que foi aquela referência final que eu fiz! Sr. Deputado, creio que se há aqui alguma «nódoa», ela resultou de acordos contra-natura que foram feitos e a verdade é que não fui eu que os celebrei. Portanto, a «nódoa» não é minha, ela está aqui como consequência de algumas «nódoas» que outros celebraram.

Sr. Deputado Marques Júnior, em primeiro lugar, quero agradecer a atenção que dispensou às minhas palavras e devo dizer que estamos perfeitamente de acordo, nomeadamente a respeito dos direitos do povo de Timor-Leste, pois temos muitas responsabilidades nessa situação. Não vale a pena agora estar a ver quem foram os responsáveis! Foram, naturalmente, pessoas que tiveram capacidade de decisão em 1975 e conduziram àquela situação! Mas não há dúvida de que essas pessoas foram portugueses e, de certa forma, também somos co-responsáveis por essa situação.

Por isso é que digo que nós, Assembleia da República, teremos tão maior autoridade moral quando formos capazes, sem sectarismos, de condenar sempre as violações dos direitos do homem, aconteçam elas a Leste, a Oeste, a Norte ou a Sul.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres:

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de focar três notas muito breves.

Em primeiro lugar, esta é a primeira sessão de um órgão da Assembleia posterior ao desastre de aviação da Jamba. Nele ficaram gravemente feridos três colegas nossos deputados. O Sr. Presidente já teve a gentileza de no início da sessão se referir ao tema.

Porém, gostaria de, muito brevemente, dizer que, para além das palavras normais e sinceras de solidariedade por parte de todos nós para com os feridos, importa também proferir aqui uma palavra de homenagem em relação a eles. Podemos ter opiniões diferentes sobre o que é a UNITA, sobre a situação em Angola, etc. Contudo, o que é indiscutível é que houve três deputados que, em circunstâncias manifestamente incômodas, correndo, obviamente, riscos, como se verificou pela própria natureza das coisas e pelo que aconteceu, estavam empenhados na defesa daquilo que, no seu entender, era, com sinceridade, de forma inteiramente legítima, o interesse nacional. Ora, creio que isso deve merecer o nosso respeito, homenagem e admiração.

Pedindo desculpa pelo despropósito de se denominar o voto que apresentámos como voto de pesar, pois a verdade é que não encontrámos outra figura regimental para o efeito, o que pretendíamos, fundamentalmente, era manifestar a nossa solidariedade e o desejo de uma recuperação rápida que permita que esses três deputados aqui estejam connosco o mais depressa possível, partilhando os nossos trabalhos.

O Grupo Parlamentar do PS realizou, na semana passada, no Porto, as suas Jornadas Parlamentares. Nessas jornadas tivemos como tema central da nossa reflexão o funcionamento do Parlamento. Todos temos consciência de que o Parlamento tem algumas deficiências, todos temos consciência de que existe, com injustiça, mas também com alguma razoabilidade, em certos aspectos, um menor prestígio do Parlamento na opinião pública portuguesa.

Pensamos que a forma de responder a isso é reflectir serenamente sobre os nossos trabalhos procurando aperfeiçoá-los e condenar seguramente também aqueles que fazem campanha contra o Parlamento.

Dessas jornadas surgiram um conjunto de conclusões, a que estamos a dar uma redacção final para, em

breve la colocarmos a reflexao de todos os Srs Deputados e de todos os grupos parlamentares na esperança de que num clima de consenso possamos dar alguns passos decisivos para que o Parlamento seja mais moderno e eficaz para que o processo legislativo seja mais rigoroso para que o debate político parlamentar seja valorizado para que se aproximemos deputados dos cidadãos eleitores para que se valorize o mandato de deputado para que o papel individual dos deputados no Parlamento possa ser reforçado — temos de reconhecer que existe por vezes um certo excesso de predomínio dos grupos parlamentares no funcionamento da nossa Assembleia — e finalmente para que o Parlamento português encontre bem novas pistas para o desempenho do papel que a integração europeia seguramente traz

São áreas em que espero que haja um diálogo profundo que possa ser estabelecido entre nós todos. Como já disse em breve poremos à disposição de todos os Srs Deputados as conclusões das nossas jornadas

Se Presidente não posso deixar ainda de referir com profunda preocupação a forma como estão a desenvolver no Parlamento português os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. Falando com total sinceridade consideramos que a maioria está transformando as comissões parlamentares de inquérito em simples instrumentos de propaganda política usando, para isso, um conjunto de dispositivos regimentais que retiram todas as possibilidades de isenção ao funcionamento dessas comissões se não for integralmente isento de compor tamento de todos os seus membros

O facto de os relatores serem sistematicamente escondidos entre os membros da maioria e o facto de infelizmente alguns desses relatores tenderem a funcionar como comissários políticos da maioria e não como apreciadores isentos do processo em causa nas comissões o facto de se fazer uso de trabalhos parcelares dessas mesmas comissões para operações de propaganda política — como ainda ontem maisuma vez nos surpreendeu a tentativa talhada frustrada junto da opinião pública de branqueamento político do Sr. Ministro das Finanças — merece nos assimais profundas reservas e a nossa maior indignação

Por isso se queremos defender o prestígio da Assembleia e se queremos manter um mínimo de regras de ética democrática no nosso funcionamento temos de repensar seriamente o funcionamento das comissões de inquérito para que elas deixem de ser instrumentos políticos ao serviço destes ou daqueles seja qual for o partido político que as possa instrumentalizar

Nesse sentido também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá em breve apresentar um conjunto de propostas que visam a alteração radical do funcionamento das comissões de inquérito no sentido de lhes conferir isenção e eficácia transformando as num meio de prestígio da Assembleia da República e não em mais um instrumento que serve para o desprestígio e o descrédito do Parlamento português

Vos do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Srs Deputados inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs Deputados Montalvão Machado, Carlos Brito, Herculano Pómbio Vieira de Castro, Silva Marques, Joaquim Marques e Hermínio Martinho

Antes de dizer palavras ao Sr. Deputado Montalvão Machado é na sequência da listagem que há pouco anunciamos sobre as entidades que se solidarizaram com as manifestações de pesar pelo acidente dos três deputados portugueses quero dizer que também a Associação dos Jornalistas Parlamentares ao tomar conhecimento do acidente ocorrido na Jambalaya que trouxe os três deputados portugueses manifestou o seu pesar e formulou votos de rápidas melhorias

Tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado

O Sr. Montalvão Machado (PSD) — Sr. Presidente Sr. Deputado António Guterres Quero dizer lhe que comungo inteiramente com a parte inicial da sua intervenção ou seja com as palavras acertadas naquilo que respeita ao nosso pesar e à nossa tristeza pelo acidente que vitimou três dos nossos colegas

Mais uma vez se verificou que efectivamente a solidariedade humana e política não é uma palavra vazia de sentido ou significado porque na verdade muita gente se solidarizou connosco. Muita gente buscou quer aqui nesta Casa quer fora delas apresentar-nos manifestações de solidariedade e desejos de rápidas e francas melhorias

Mas quero ir um pouco mais além neste voto que é da vossa autoria e que nós acompanhamos a que infelizmente chamam voto de pesar e que eu não chamaria assim embora não encontre outra designação no Regimento Gostaria de salientar aqui um aspecto que me parece que é de referir e que consiste no cumprimento muito sincero e amigável que quero daqui díri-gir ao Sr. Presidente da República

O Sr. Presidente da República é homem como nós e pareceu não obstante aquilo que aconteceu exercer a sua missão de Chefe de Estado português como talvez poucos fossem capazes de fazê-lo. Apesar de ter o filho entre a vida e a morte apesar de estar quase sem notícias do que seria o destino a breve trecho por ventura da vida do seu filho ele soube por à frente dos seus interesses de pais os interesses do Estado ao fazer a viagem que fez e que hoje termina regressando a Lisboa

Gostaria pois de deixar aqui uma saudação ao Sr. Presidente da República pelo exemplo que a todos nos deu como homem de Estado como homem que soube por à frente como disse dos seus legítimos e humanos direitos de pais o exercício do seu cargo de Presidente da República

Quanto às conclusões das jornadas parlamentares do seu partido estou efectivamente ansioso por conhecer-las e sei que serão profundamente a expressão do trabalho que vos ocupou durante o tempo que duraram e espero que elas não seja um branqueamento (expressão que o Sr. Deputado há pouco utilizou) de certas outras atitudes que o seu partido tem tomado. Espero que elas sejam isso sim o significado de uma contribuição positiva para à melhoria das condições de trabalho desta Casa para a melhoria digamos daquela figura e daquele modo de ver com que o País hoje olha o Parlamento

Nesse aspecto gostaria também de dizer que contará com toda a nossa colaboração e digo lho também muito respeitosamente porque esse é um problema que ajuda tanto a quaisquer outros nos tem preocupado desde há muito porque desde há muito vimos buscando dentro dos órgãos próprios a maneira de melhorar os trabalhos desta Casa

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. António Guterres (PS): — Prefiro responder já, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, dado o teor da intervenção do Sr. Deputado Montalvão Machado, preferi dirigir-lhe de imediato a palavra para, em primeiro lugar, me associar também às palavras que proferiu em relação ao exemplo magnífico que foi dado a todos pelo Sr. Presidente da República e, em segundo lugar, para sublinhar algo que talvez pela própria natureza das coisas tenha passado um pouco despercebido na comunicação social.

Houve três deputados feridos e como aquele que se encontrou em piores circunstâncias de saúde foi o meu colega de bancada, João Soares, naturalmente, que se fez na comunicação social, e justamente, mais eco do seu estado de saúde. Mas quero aqui sublinhar que, por todas as informações que chegaram ao nosso conhecimento, o Sr. Deputado Gomes da Silva teve no momento do desastre, com o seu sangue frio, a sua generosidade e com a sua coragem, uma atitude de solidariedade para com os seus outros acompanhantes, com evidente risco pessoal que merece da nossa parte — e quero aqui sublinhá-lo — todo o respeito e toda admiração.

Finalmente, gostaria de dizer-lhe que, sendo embora o branqueamento uma operação de lavandaria que nenhum de nós deveria desdenhar em qualquer circunstância, pode estar descansado que o esforço que fizemos nas jornadas parlamentares teve e tem como único objectivo a criação de condições para que o trabalho do Parlamento português, seja qual for a maioria nele instalado, prestigie a democracia e se prestigie a si próprio e defende os interesses do povo português.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado António Guterres, no seguimento da sua intervenção e relativamente ao acidente da Jamba, independentemente da nossa posição quanto aos objectivos políticos da viagem dos três colegas deputados, queremos também manifestar, de uma maneira muito clara e profunda, o nosso grande desgosto e a nossa solidariedade para com esses colegas acidentados e manifestar também às suas famílias e aos seus partidos o desejo de um rápido restabelecimento e de um pronto regresso ao nosso convívio.

Também não quero deixar de dizer que nenhum de nós foi insensível ao alto exemplo, no sentido do interesse nacional, dado pelo Sr. Presidente da República nestas dolorosas circunstâncias.

Em relação às Jornadas Parlamentares do PS aguardamos com muito interesse e curiosidade as suas conclusões. Quero, no entanto, dizer que o Grupo Parlamentar do PCP realizou também as suas jornadas parlamentares e que já tivemos o cuidado de enviar as conclusões ao Sr. Presidente da Assembleia da República e a todas as direcções dos grupos parlamentares, devendo apresentá-las oportunamente à comunicação social.

O Sr. Deputado António Guterres tocou depois numa outra questão que nos merece também a mais profunda preocupação, ou seja, a questão das comissões de inquérito e, no caso vertente, a Comissão de Inquérito ao caso Cadilhe.

Já na anterior reunião da Comissão Permanente tínhamos manifestado a nossa preocupação relativamente à forma como o PSD estava a actuar nesta comissão de inquérito. Na altura, tivemos oportunidade de dizer que o PSD se encaminhava para aquilo que é conhecido em linguagem política pela «tática do abafarete» e, agora, podemos dizer que isso se confirma inteiramente. A maneira como o PSD procurou pôr abruptamente termo aos debates, passar à fase do relatório e à publicitação de um relatório que não é da comissão, mas que é da exclusiva responsabilidade do PSD não pode deixar de infundir as maiores preocupações a este respeito.

Srs. Deputados do PSD, onde é que vamos parar com esta conduta?

Permito dizer-vos: ponham os olhos na Grécia! Não há, em democracia, maiorias eternas e não há, em democracia, maiorias impunes! O abuso do poder paga-se e talvez, no que toca ao PSD e à situação portuguesa, mais cedo do que aquilo que os Srs. Deputados imaginam.

Na verdade, não se pode deixar de ver esta questão com a maior preocupação e, no meu entender, os partidos da Oposição não podem deixar de tomar uma posição clara, no sentido de dizer ao país que não há um relatório da comissão de inquérito, seja ele preliminar ou não. O relatório que foi anunciado é do PSD, se calhar feito até com a colaboração do Sr. Ministro Cadilhe.

Portanto, o que podemos dizer é que não há um relatório da comissão, pois ele vai ser agora discutido. Creio que os partidos da Oposição não podem deixar de declarar essa situação ao país, para que não haja dúvidas a este respeito.

O Sr. Miguel Mamede (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da consideração.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Miguel Mamede (PSD): — Sr. Presidente, não pretendia intervir sobre a matéria que começou em discussão com a intervenção do Sr. Deputado António Guterres, referente à questão do relatório da comissão de inquérito ao chamado caso do Sr. Ministro das Finanças.

Como sabem, fui o relator votado na comissão de inquérito e apresentei ontem a minha proposta de conclusões desse processo de inquérito. Quero, porém, rejeitar aqui expressamente a alusão que o Sr. Deputado Carlos Brito fez em relação a uma pretensa colaboração do deputado encarregado de apresentar à comissão as conclusões do processo de inquérito com, eventualmente, o Sr. Ministro das Finanças. Devo dizer que as conclusões desse relatório são da minha exclusiva e única responsabilidade e assumo-as.

Por outro lado, quero também lamentar que, tendo a comissão aprovado a metodologia de discussão desse relatório, os deputados que já intervieram sobre esta

matéria tentem agora antecipar politicamente já discussão das questões que o processo de inquérito não deve ir xou de discutir e de investigar.

Devo dizer que vamos discutir na próxima semana — e fá-lo eu com todo o gosto — no seio da comissão os termos do relatório todas as questões que tem a ver com esse relatório e só depois haverá lugar alegitimidade regimental para a discussão, que se pretende neste momento antecipar.

Antes de terminar não quero deixar de dizer que compreendo a perturbação de alguns Srs Deputados, que ao contrário de outros, têm neste momento uma situação particularmente difícil, uma vez que, ne isso, foi evidente para todos, — condenaram alguém antes de se ter sequer iniciado um processo de inquérito e uma investigação que a comissão fez. Essa é a situação difícil em que alguns se encontram hoje, que não é da minha responsabilidade.

Assumo aquilo que escrevi, assumo aquilo que fiz com inteira responsabilidade pois é uma situação que me responsabiliza só a mim e a mais nenhum deputado. Também é bom dizer que os deputados que estão nas comissões de inquérito não estão lá a representar qualquer grupo parlamentar, são deputados individuais considerados como responsabilidades que lhes são inerentes quer constitucional quer regimental. Era bom que as pessoas e os Srs Deputados entendessem isto até ao fim de cada uma das discussões e dos trabalhos dos processos de inquérito, como tem de acontecer nesta comissão de inquérito.

O Sr Presidente — Para dar explicações tem de palavras o Sr Deputado Carlos Brito

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Presidente nunca esteve na minha intenção ofender pessoalmente o Sr Deputado. Trata-se de um debate político que deve ser travado com toda a franqueza tratando as coisas pelo seu respetivo nome e não ocultando as.

Na verdade devia ser como o Sr Deputado diz os deputados deviam estar nas comissões de inquérito representando-se a si próprios com a sua própria consciência. Mas não é isso que o PSD tem querido particularmente desde que é maioria nesta casa.

Portanto o que o PSD tem feito é reduzir as comissões de inquérito a comissões onde ao fim e ao cabo quem tudo decide quem tudo escolhe quem tudo apura é o PSD e só ele. A oposição tem sido digna aliada de um trabalho de uma intervenção concreta nas comissões de inquérito e sobretudo na elaboração dos relatórios.

Como o Sr Deputado sabe estes presidentes dos grupos parlamentares também não é segredo nenhum — houve em relação a esta comissão de inquérito como em relação a outras a proposta de que o relatório fosse elaborado por uma pequena comissão com a participação de todos os partidos mas os Srs Deputados do PSD — porque votaram todos em conjunto e da mesma maneira como tem acontecido aliás nas comissões de inquérito — rejeitaram essa possibilidade. Os senhores chamaram a si quiseram fechar o relatório nas vossas próprias mãos quando a posição parlamentar ética nesta questão é associar os outros partidos e sobretudo a oposição a essa pequena comissão para elaboração do relatório que faria a prova das discussões e dos debates havidos. Os senhores não quiseram fazer isso e desta forma tem de se sujeitar a esta

suspeita que não tenho qualquer dificuldade em assumer depois está presente nas minhas palavras.

O Sr Presidente — Para responder tem a palavra o Sr Deputado António Guterres

O Sr António Guterres (PS) — Sr Deputado Carlos Brito quero bem primeiro lugar agradecer-lhe as suas palavras no que diz respeito ao acidente da Jamba porque elas têm um particular significado e sentido sabendo como sei a discordância política que o Sr Deputado Carlos Brito tem relativamente à deslocação dos três colegas deputados à Jamba.

Em relação à pergunta que me fez quero dizer-lhe que nestas inteiramente de acordo com ela porque a resposta corresponde ao que já perguntei. Como sabemos os presidentes dos grupos parlamentares de todos os partidos da oposição assinaram há pouco uma declaração conjunta em que repudiaram de maneira enérgica formalmente essa questão foi tratada pela comissão de inquérito a forma como ela foi transmitida ontem pela comunicação social antecipando como dado de espectáculo político em minha opinião lamentável aquilo que deveria ser um processo normal de debate em comissão se essa comissão tivesse condições de sensação o que me parece manifestamente já não ter e forma como os trabalhos desta Assembleia estão a ser postos em causa por um comportamento da maioria que me parece inaceitável.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos tem de as palavras o Sr Deputado Herculano Pombo

O Sr Herculano Pombo (Os Verdes) — Sr Presidente quero de uma forma muito breve associar-me à parte inicial da intervenção do Sr Deputado António Guterres no que concerne ao acidente que atingiu três dos nossos colegas.

Pela nossa parte consideramos que os Srs Deputados envolvidos estavam no exercício de um direito de ação política que assim entendiam e tiveram a infelicidade de serem vitimados. Aconteceu ali como podia ter acontecido noutra parte, qualquer do território nacional como aliás já tem acontecido.

Isto traz mais uma vez ao debate a questão da segurança dos agentes políticos nomeadamente dos deputados e do futuro das suas famílias quando sucedem — e tem sucedido diversas vezes — coisas desta natureza. De qualquer modo penso que a questão está a ser agarrada como não podia deixar de ser de uma forma que virá a ser definitiva a breve trecho.

Quero por um lado associar-me ao pesar e por outro lado ao alívio que todos sentimos ao saber que o nosso colega e amigo João Soares está finalmente a dar sinais de recuperação efectiva e quero como não podia deixar de ser deixar uma palavra de referência ao elogio mais do que merecido que o Sr Deputado Montalvão Machado aqui fez à atitude de homem de Estado que o Sr Presidente da República demonstrou bem como à coragem demonstrada pelo nosso colega Gomes da Silva que tanto quanto sabemos tentou apesar do choque e das dificuldades de momento salvar os colegas que estavam sem condições andarmos mais precários.

O Sr Presidente — Sr Deputado António Guterres há ainda uma série de inscrições para pedidos de esclarecimentos. Excede-se responder já ou no final?

O Sr. António Guterres (PS): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Deputado António Guterres, gostaria de começar este pedido de esclarecimento referindo-me ao trabalho nas comissões de inquérito.

Como certamente saberão, já presidi a uma comissão de inquérito e, neste momento, faço parte da comissão de inquérito ao caso do Sr. Ministro das Finanças e, devo desde já dizer, que concordo com o Sr. Deputado António Guterres quando diz que é possível fazer alguma coisa para melhorar o funcionamento das comissões de inquérito. Porém já não posso estar de acordo consigo quando considera um escândalo o facto de ser um deputado da maioria a fazer o relatório.

Estou certo de que o Sr. Deputado António Guterres não faz a dicotomia entre os bons e os maus, até porque, neste momento, ela poderia valer, mas no futuro a situação poderia inverter-se, ou seja, poderiam VV. Ex.^a passar a ser os maus e nós passarmos a ser os bons, pelo simples facto de nessa altura não sermos maioria. Tenho a certeza que não era isso que o Sr. Deputado António Guterres queria dizer.

Aproveito também esta ocasião para me referir às palavras proferidas pelo Sr. Deputado Carlos Brito que, aliás, são inaceitáveis. O Sr. Deputado Carlos Brito deu-nos bem a ideia de que, de facto, «quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto». Na verdade, o Sr. Deputado não sabe o que se tem passado na comissão de inquérito, e não o sabe porque falou em «abafarete» — foi esta a expressão que utilizou.

Ora, isso não é verdade porque, por iniciativa de onze deputados que fazem parte da comissão de inquérito, foi feita uma proposta — que foi ontem votada por unanimidade — no sentido de que todo o processo, actas e demais documentos, venham a ser passíveis de consulta por qualquer interessado, a partir da altura em que o relatório e as respectivas conclusões forem entregues ao Sr. Presidente da Assembleia da República.

Nenhum dos deputados que fazem parte desta comissão de inquérito pretendeu fazer aquilo que V. Ex.^a disse, ou seja, fechar o relatório nas suas mãos.

Contudo, acontece que foram publicadas notícias sem nenhum fundamento, houve quem nelas acreditasse piamente, houve quem delas fizesse eco, mas se as conclusões forem ao contrário do que então se noticiou, aqui d'el rei que não eram as conclusões que, afinal, se pensava que seriam as verdadeiras.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado António Guterres,...

O Sr. António Guterres (PS): — Uma coisa moderada!...

O Orador: — Não tenha a menor dúvida. Vou fazer um grande esforço para isso...

Risos.

... porque, de facto, não há razão para nos moderarmos, sobretudo com a insistência do vosso discurso.

Como questão preliminar, gostaria de saber qual é a vossa posição, a do actual Partido Socialista, sobre a questão angolana, nomeadamente sobre a UNITA, uma vez que o Sr. Deputado fez questão em demarcar-se do seu camarada, companheiro e amigo João Soares.

De facto, o Sr. Deputado fez um ponto de demarcação, associou-se à questão humana e à sua coragem pessoal, em termos de evidente demarcação política, razão pela qual, e sem precisarmos de transformar esta reunião num choradinho pelo facto de alguns colegas nossos estarem em dificuldades, gostaria que nos dissesse qual a posição do actual PS, do novo PS, relativamente à questão angolana.

Quanto à sua intervenção sobre a modernização do Parlamento, devo dizer que têm sido os senhores que, ao longo destes dez ou quinze anos, se têm oposto à modernização do Parlamento em nome do democracia. Contudo, ao fim de dez anos os senhores estão a chegar a conclusões diametralmente opostas àquelas que têm tido, sobretudo o actual PS.

Os senhores têm rejeitado o valor da eficácia, têm-se rido da eficácia, têm classificado de reaccionário o facto de se invocar o valor da eficácia dos parlamentos, como se a democracia não fosse um regime que carece tanto de eficácia como qualquer outro — e aqui não há distinção possível a fazer, a não ser sobre o aspecto tão importante que é o de ser democracia. De facto, os senhores têm sempre rejeitado a eficácia e quando nós invocamos o valor da eficácia riem-se, e não só, pois consideram isso terrivelmente reaccionário, terrivelmente de direita.

Quanto à individualidade dos deputados, devo dizer que é muito interessante quando os senhores descobrem essa individualidade. No entanto, os senhores têm-se oposto sistematicamente à individualidade dos deputados, dos nossos, dos 148, relativamente à qual os senhores têm sido de uma insensibilidade total. Ou será que o senhor considera que há 148 deputados do Parlamento português que não têm individualidade?

Em relação a esta questão o seu comentário coincide precisamente com uma posição moral, moralizante, maniqueísta, e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que o maniqueísmo moralizante tem sido o sustentáculo de todas as ditaduras e, inclusivamente, das mais ferozes perseguições. Efectivamente, a vossa posição é a seguinte: os deputados da maioria, porque são da maioria, são vis e os deputados da Oposição, porque são da Oposição, são virtuosos.

Ora, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que esse discurso, esse maniqueísmo moralizante, pseudo-moralizante, tem sido a justificação das posições mais antidemocráticas a que se tem assistido ao longo da História, sobretudo relativamente a questões muito recentes nas quais os senhores também estiveram envolvidos e tomaram posição.

E, lembro-lhe que há dez anos os senhores, o novo PS,...

O Sr. António Guterres (PS): — O velho!

O Orador — O velho está em *stand by*! 10

Como esta a a dizer o novo PS há dez anos era contra a democracia e agora os senhores sao pela democracia. Estou a lembrar lhe as posições que foram tomadas ha 10 anos pelo GIS pelo MES no momento fulcral do futuro do nosso pais no momento em que se decidia se ja ou nao ha er democracia em Portugal

Como sabê uma boa parte dos actuais dirigentes do PS estavam numa posição estratégica contra áquilo que pode considerar se como o soarismo. Isso verificava-se nos congressos e em reuniões e lembro lhe a reunião de Coimbra em que os senhores consideravam a estratégia soarista algo de abominável e reprovável por isso os senhores rebelaram-se todos contra o soarismo contra essa coisa que nessa altura consideravam também vil e apegada às fraquezas do burguesismo do PS aburguesado reformista. Os senhores há dez anos eram pelas nacionalizações e hoje são contra

Vozes do PS — Contra?

O Orador — Eram sim! 1 5 0 0 13 20
Estou apenas a lembrar ao Sr Deputado António Guterres que é lastima el que o novo PS tenha retomado como unica novidade política e linha de afirmação própria o mais condenável dos maniqueísmos moralizantes

morizantes

Para terminar a minha intervenção gostaria ainda de lembrar lhe que há só uma coisa que os senhores hoje continuam a preferir tal como há dez anos a aliança com o Partido Comunista Os senhores há dez anos estavam aliados com o PCP contra a democracia e todos aqueles que a defendiam entre eles os soaristas Hoje os senhores mantêm se iguais a vós mesmos Por isso pergunto Sr Deputado como é aceitável que o PS para uma Camara tão importante como é a de Lisboa seja capaz de entender se com o PCP nas costas do eleitorado para que a presidência da Câmara Municipal de Lisboa venha a ser ocupada por um comunista sempre que isso se justificar e que as circunstâncias o proporcionarem

Os senhores tem um acordo com os comunistas para que a Camara Municipal de Lisboa seja ocupada por um comunista em caso de vacatura em certas circunstancias E isto o que vos mantem é o unico ponto em que os senhores estao iguais desde há dez anos ou seja na preferencia pela aliança com os comunistas

Relativamente às propostas de modernização do nosso Parlamento devo dizer que nesse campo os senhores são menos eficazes que o PCP 'pois' este partido já apresentou as suas propostas enquanto que os senhores ainda estão a redigí-las ou eventualmente a passá-las a limpo

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Marques

O Sr Joaquim Marques (PS) — Muito brevemente gostaria de referir me à intervenção do Sr Deputado António Guterres no que toca ao problema das comissões de inquérito especialmente à comissão de inquérito ao caso do ministro das Finanças.

Em primeiro lugar devo dizer que repudio frontalmente as insinuações feitas pelo Sr Deputado Carlos Brito pois considero que os deputados que estão na

comissão sejam eles do PSD ou de qualquer outro partido devem agir de acordo com os ditames da sua consciencia e nada mais — aliás creio que é isso que tem acontecido

Portanto pela minha parte e enquanto presidente da comissão de inquérito repudio frontalmente as insinuações feitas pelo Sr Deputado Carlos Brito

Gostaria de dizer ao Sr Deputado Antonio Guterres que esta comissao de inquérito tem indo a trabalhar chegando a conclusoes praticamente por consenso e que a programação das reunões desta comissão foi elaborada de acordo com a prorrogação dos trabalhos que foi autorizada pela Assembleia da Republica até ao dia 15 de Outubro uma vez que ha necessidade em cumprir este prazo determinado pelo Plenário

Como era necessário encontrar um relator para o processo a comissão de inquérito deliberou ontem por esmagadora maioria nomear o Sr Deputado Miguel Macedo e decidiu igualmente que o projecto de relatório e de conclusões fosse distribuído no próprio dia de ontem a todos os membros da comissão — o que aliás aconteceu Além disto a comissão deliberou ainda ontem e por unanimidade discutir o relatório e conclusões nas próximas terça feira à tarde na quarta feira de manhã de tarde e à noite se for caso disso e' até na quinta feira se necessario e só depois será feita a votação

² Será que o Sr Deputado António Guterres entende que pelo facto de se constituir uma maioria — o que pode sempre acontecer — seja ela qual for os resultados de uma comissão de inquérito não correspondem digamos àquilo que resulta dos documentos?

Como já aqui referiu o meu colega Vieira de Castro foi ontem aprovado por unanimidade na comissão de inquérito que depois de concluidos os trabalhos depois de remetido o relatório ao Sr Presidente da Assembleia da Republica toda a documentação respeitante a este processo ficarão à disposição de todos os interessados que justificadamente solicitem a sua consulta.

“Sr Deputado António Guterres nao será isto uma forma de transparência total? Todas as pessoas directamente interessadas vao ter acesso a toda a documentação vao poder estudar o processo pela sua própria cabeça e vao poder concluir se as conclusões que a comissão vier a tomar e que neste momento ainda nao existem pois apenas existe um projecto de relatório correspondem ou nao aos depoimentos recolhidos e a documentação existente.”

Finalmente Sr Deputado creio que se há criticas a fazer nomeadamente ao presidente da comissao de inquérito que sou eu peço lhe que as façam mas claramente e sem insinuações

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarimento tem a palavra o Sr Deputado Herminio Martinho

O Sr António Guterres (PS) — Desculpe Sr Presidente mas gostaria de saber se mais algum deputado do PSD deseja formular pedidos de esclarecimento?

O Sr. Presidente — Sr. Deputado António Guterres encontra-se ainda inscrito para formular pedidos de esclarecimento o Sr. Deputado Herminio Martinho e o Sr. Deputado Narana Coissoró deseja fazer uma brevíssima declaração.

O Sr. António Guterres (PS): — Sendo assim, Sr. Presidente, gostaria de responder já aos pedidos de esclarecimento que me foram colocados pelos deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. António Guterres (PS): — Srs. Deputados, vou responder agrupando por temas as questões que me foram colocadas.

Em relação ao caso UNITA não houve qualquer demarcação política, antes pelo contrário. Penso que foi a primeira vez que referi as palavras «admiração», «homenagem», para além da palavra «solidariedade», o que prova que não há demarcação política com o deputado João Soares e com os outros dois deputados envolvidos.

Em relação à questão de Angola, a posição do novo, do velho e do PS de meia idade é por acaso a mesma: a de completo apoio ao processo de paz que está desencadeado a partir de iniciativas que foram tomadas, como sabem, em Gbadolite, sob a égide do Sr. Presidente da República do Zaire, e que envolvem todas as partes interessadas de Angola, ou seja, o MPLA e a UNITA. Esta é, pois, a posição do velho, do novo e do PS de meia idade, para maior tranquilidade do Sr. Deputado Silva Marques.

Sr. Deputado Silva Marques, com toda a serenidade, quero dizer-lhe uma coisa: a sua obsessão com o PCP é um problema seu, não é nosso, é fácil de explicar e cada vez que o Sr. Deputado volta a falar do assunto só acentua a convicção que temos de que essa obsessão existe e confirma a ideia que temos sobre as raízes dela. Devo dizer-lhe, aliás, que registo com muito prazer, e transmitirei com todo o gosto ao Sr. Presidente da República, a sua adesão seródia ao soarismo.

Mas, indo agora a questões mais sérias,...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estavam com o golpe calvismo!

O Orador: — Sr. Deputado, tome cuidado com as acusações que faz quando são falsas! Tome muito cuidado! Em relação a isso estou totalmente à-vontade para falar consigo quando quiser.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Pode ser já!

O Orador: — Pode ser já, pois estou totalmente à-vontade para falar consigo quando quiser:

O Sr. Silva Marques (PSD): — Tem de aceitar os repto!

O Orador: — Respondo-lhe que em matéria da defesa da democracia, em 1975, não tenho dúvida alguma em dizer que a minha acção foi, pelo menos, tão relevante quanto a sua, e não lhe digo mais nada. Chega isto! O senhor referiu-me explicitamente, mas quero dizer-lhe que não é imputar nas provocações que permanentemente faz nesta Assembleia e tem de habituar-se a respeitar os outros deputados. Além disso o senhor não está no uso da palavra e eu não autorizo que me interrompa. O Sr. Deputado Silva Marques é um deputado como os outros, não é o ditador desta Câmara.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto! Mas os seus deveres são iguais aos meus.

O Orador: — Permite-me que lhe diga, além disso, que se alguma vez nos opusemos à modernização dos trabalhos da Assembleia, em nome do democratismo, isso é perfeitamente preferível do que opormo-nos à modernização desses trabalhos em nome do autoritarismo.

Finalmente, em relação à questão das comissões de inquérito, gostaria de dizer que é evidente que podemos ter todos uma visão dos bons e dos maus, podemos ter todos essa visão, mas pessoalmente não a tenho. Afirmei, e mantenho, que ponho em causa a isenção com que a actual maioria está a conduzir as comissões de inquérito. É um juízo político, não é pessoal, por isso mantenho-o.

Protestos do deputado do PSD, Silva Marques.

Sr. Deputado Silva Marques, agradecia que se calasse, quanto mais não seja por boa educação!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Só se você fizer a mesma coisa!

O Orador: — Não, porque estou no uso da palavra, Sr. Deputado Silva Marques.

Como estava a dizer trata-se de um juízo político e mantenho-o, mas reconheço que a solução para estes problemas não passa pela substituição de maus por bons, mas sim pela criação de regras em que, independentemente de sermos bons ou maus, possam ser asseguradas em algumas questões essenciais.

É nossa convicção — e brevemente faremos propostas neste sentido — de que comissões de inquérito, pela natureza e delicadeza dos assuntos que abordam, devem ter sempre, pelo menos, dois relatores e que as suas conclusões, a serem válidas, devem ser aprovadas por maioria qualificada. Caso contrário, o que fatalmente acontecerá, se continuarmos a ter os processos que temos tido até hoje, é que haverá sempre dois relatórios das comissões de inquérito, ou seja, há o relatório do relator e da maioria que o suporta e o relatório que consiste nas declarações de voto daqueles que não suportam esse relatório.

Naturalmente, que, depois, haverá menor ou maior eficácia na passagem dessas informações para a comunicação social, mais cedo ou mais tarde, de forma mais ou menos séria, mas não é disso que estamos a tratar.

De qualquer forma, pensamos que em termos de opinião pública é muito mais eficaz, tem muito mais credibilidade, um relatório que a opinião pública sinta que, sendo embora limitado no apuramento dos factos, consiste naquilo que consensualmente é possível ajuizar desses mesmos factos do que um relatório em que uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Os que estão hoje na maioria fazem aprovar as conclusões, mas amanhã passam para a minoria e, provavelmente, passam a ser outros, os tais que eram maus mas que nessa altura passam a ser bons, ou os bons que passam a ser maus, que fazem aprovar um relatório, ... e a opinião pública dirá: «Bem, as conclusões têm o valor que têm, são conclusões destes contra aqueles e não são as conclusões de um processo de inquérito na Assembleia da República.»

Portanto a questão é de fundo e tem a ver com o funcionamento destas comissões Aquilo que acontece e que fatalmente continuará acontecer é que em relação às manobras que possam surgir de um lado como quem a corresponder contra manobras vão surgir operações junto da opinião pública feitas com várias origens e aquilo que inevitavelmente acontecerá é que mesmo uma operação destinada a ilibar seja quem for é ineficaz porque em primeiro lugar gera-se a maior confusão e em segundo lugar o Parlamento desrespeita-se porque é incapaz de funcionar com regras que todos reconheçam como claras isentas e susceptíveis de gerar a sua credibilidade

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente peço a palavra para exercer o direito de defesa de honra

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Deputado António Guterres quer queira quer não quem interveio de forma inaceitável do ponto de vista moral se quiser embora através de um discurso político foi V Ex quando afirmou que os deputados da maioria eram supostas pessoas sem dignidade parlamentar ou cívica tanto como os da Oposição Foi o Sr Deputado que lançou sobre todos os deputados da maioria apenas pelo facto de terem um certo comportamento, a suposição de não terem a necessária dignidade relativamente ao inquérito parlamentar e classificou do mesmo modo os deputados da Oposição como os únicos detentores e neste momento lutadores se quiser pela preservação dessa dignidade É inaceitável Sr Deputado António Guterres!

Não aceitamos esse discurso e respondemos lhe sem necessidade de sermos tão inconvenientes como os senhores relativamente às referências que fazemos à dignidade de quem quer que seja porque o que o senhor utilizou foi uma via política para nos atingir moralmente a todos

A outra questão é a institucional que o senhor acabou de referir que tem sido discutida de forma superficial por vós mesmos conforme a conjuntura — e talvez o Sr Deputado aceite isto daqui a dez anos é que todos temos as nossas circunstâncias Somos todos homens em situação como já dizia o célebre filósofo e se calhar todos nós nesse condicionalismo faremos o que a nossa consciência nos dita mas somos homens em situação E os senhores não são?

Como é que o senhor pode partir para um debate sério desta questão política de fundo sem aceitar esta questão prévia todos nós somos homens em situação? Porque ao sair desta questão prévia o senhor cai naquilo que classifiquei e digo-lhe com toda a franqueza de maniqueísmo moralizante inaceitável e chocante para não dizer insultuoso

Por isso Sr Deputado discuta a questão institucional de fundo como tem sido circunstancialmente discutida em vários momentos a propósito de sim ou não a um sistema político diferente daquele que temos Como sabe não somos os únicos autores do sistema político que temos pois os senhores são os principais autores A nossa estrutura institucional tem uma matriz que foi ditada fundamentalmente pelos

socialistas já não direi pelos comunistas mas tem sido os senhores os árbitros das nossas instituições

Portanto discuta à partida isso Sr Deputado sem precisar de nos insultar — que diabo!

O Sr Presidente — Para dar explicações se assim o entender tem a palavra o Sr Deputado António Guterres

O Sr António Guterres (PS) — Com todo o gosto pois o Sr Deputado Silva Marques sempre defendeu como agora o fez com veemência as suas posições respeitando também o direito de os outros fazerem o mesmo

O Sr Silva Marques (PSD) — Não é só de agora!

O Orador — Ouvio-o com o gosto e agora vai ouvir-me se faz favor

O Sr Deputado Silva Marques reconheceu que o homem é o homem e a sua circunstância É exactamente

Protestos do deputado do PSD Silva Marques

Desculpe Sr Deputado mas agora vai ouvir-me Sabe que saber ouvir os outros é uma virtude importante na vida que também tem de aprender!

O Sr Silva Marques (PSD) — E os senhores?

O Orador — Não! O diálogo é falar um de cada vez Portanto agora vai ouvir-me É um esforço terrible que vai ter de fazer durante três minutos mas vai ver que compensa

O homem é o homem e a sua circunstância O que eu disse e afirmo é que a circunstância que envolve os homens que estão na maioria faz como que eu neste momento reafirme sem carácter insultuoso mas com convicção que essa maioria tem agido no âmbito das comissões de inquérito de uma forma que considero politicamente não isenta Reafirmo o

O Sr Silva Marques (PSD) — E a Oposição?

O Orador — Vai ouvir-me até ao fim!

E digo-lhe mais não sou aqui capaz de jurar que «desta água não beberei» nem sou capaz de dizer aqui que se outro partido qualquer e até o meu viesse a ter amanhã uma maioria não pudessem acontecer factos eventualmente semelhantes embora tenha

O Sr Silva Marques (PSD) — O Sr Deputado

O Orador — Deixe-me concluir Sr Deputado Dizia eu embora tenha a convicção de que tudo faríamos para o evitar A melhor forma de impedir que situações destas ocorram e que duvidas destas legítimas se levantem a fim de nos defendermos é concordarmos com processos e regras de funcionamento que tornem este tipo de situações impossíveis pela própria natureza das coisas

E se é verdade que o Sr Deputado aqui reconhece que o PS tem tido um papel essencial — e é verdade! — na construção e na defesa das nossas instituições democráticas e com certeza também nos erros felizmente menos quer em relação a esses aspectos positivos da nossa

democracia, quer em relação ao seu funcionamento, o que não estamos é de olhos fechados, o que não estamos é incaçazes de pensar e, sobretudo, Sr. Deputado Silva Marques, o que não estamos é incapazes de ouvir os outros, como, mais uma vez, hoje, aqui, o Sr. Deputado Silva Marques nos provou que está.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Os senhores estão de olhos abertos e nós de olhos fechados!... Não têm de mudar nada!...

O Orador: — Nós iremos, agora os senhores...! Estão pelos menos de boca aberta, agora de olhos...!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estavam com o gonalvismo, têm de aceitar o repto!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. Hermínio Martinho (PRD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para me solidarizar com a intervenção do Sr. Deputado, nosso colega, António Guterres.

Em primeiro lugar, em relação ao que foi dito, relativamente aos nossos colegas deputados envolvidos num acidente em situação ainda não inteiramente esclarecida, mas que espero que venha a sê-lo, já manifestei oportunamente, quer aos partidos representados pelos nossos colegas deputados, quer ao Sr. Presidente da República, em meu nome e em nome do meu partido, a inteira solidariedade e reitero aqui o sincero desejo de que esses nossos colegas estejam aqui rapidamente ao nosso lado a trabalhar. Lembro até que o nosso colega deputado Nogueira de Brito esteve, curiosamente, durante todos os trabalhos da anterior Comissão Permanente, ao meu lado e saiu daqui, praticamente, para ir para o aeroporto.

Em relação às comissões de inquérito, devo dizer que não tenho acompanhado, por não fazer parte dela, a comissão de inquérito que está a investigar os factos relacionados com o ministro Miguel Cadilhe, mas apoio a intervenção do Sr. Deputado António Guterres, como disse há pouco, em relação ao que se passa com as comissões de inquérito, globalmente.

Concretamente em relação à comissão que tem analisado todo o assunto relacionado com o ministro Cadilhe, devo dizer que, embora a não tenha acompanhado, fiquei supreendido quando a comunicação social disse ao país que já tinham sido tirada conclusões, que foram as que todos lemos. Bem, aqui soube finalmente a verdade e soube-a pela boca do relator da comissão, o nosso colega Miguel Macedo, ou seja, que não há conclusões, mas que há sim uma proposta de conclusões, que ele, como relator, elaborou e que vai agora ser apresentada à comissão.

Portanto, o País já foi enganado, a opinião pública já foi manipulada e tenho de lamentar que, antes de os nossos colegas deputados que fazem parte da comissão conhecerem as conclusões e de se pronunciarem sobre elas votando, como é seu direito, o assunto tenha sido precipitado para a opinião pública...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Só para precisar, Sr. Deputado.

O que eu disse e o que corresponde à verdade é que a minha proposta de relatório foi apresentada ontem à comissão e que esta vai discuti-la a partir da próxima terça-feira.

Foi só isto.

O Orador: — Peço desculpa por ter percebido mal. Aliás, o colega disse exactamente que a sua proposta de conclusão, que lhe dizia respeito e só a si o responsabilizava, ia ser apresentada à comissão na próxima semana. Foi isto que percebi. De qualquer forma, penso que a opinião pública tem de saber a verdade sobre esta questão.

Já percebi, quer pelas declarações do deputado Joaquim Marques, presidente da comissão, quer pelo deputado Vieira de Castro, de que há disponibilidade do PSD para que não haja dúvidas em relação a esta questão.

Gostaria, no entanto, de deixar aqui uma proposta concreta, porque penso que «quem não deve não teme» e que a opinião pública tem o direito de saber toda a verdade, em especial quando está, no mínimo, semi-enganda, como já acontece.

A proposta que deixo é no sentido de tanto o PSD como os restantes partidos da Oposição consentirem na publicação de tudo aquilo que se passou e como se passou, em relação às diferentes declarações, sobre este caso num «Livro Branco» para que a opinião pública conheça, de facto, toda a verdade. Não estou a emitir qualquer juízo, pois não conheço a análise dos processos, mas, embora tenha emitido a minha opinião, penso que esta é uma questão sobre a qual não devem restar dúvidas e que a opinião pública tem o direito de conhecer de facto toda a verdade.

Deixo uma proposta concreta, mas com uma ressalva, se vier a ser aprovada na próxima semana a proposta de conclusões do deputado Miguel Macedo, portanto, se isto acontecer, para que a opinião pública saiba de facto o que se passou e como se passou, proponho que se consinta a publicação de tudo num «Livro Branco».

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, apresentar desculpas pelo meu atraso, que foi devido ao facto de estar à espera de um telefonema relativo ao estado de saúde dos nossos colegas deputados sinistrados. Assim sendo, posso dar a boa notícia de que o deputado Nogueira de Brito já anda pelos corredores do hospital. Aproveito ainda a oportunidade para comunicar a VV. Ex." que, ao falar com o deputado Nogueira de Brito e ao dizer-lhe que se realizaria hoje uma reunião desta Comissão onde se iria falar deles, ele enviou cumprimentos a todos.

Em segundo lugar quero agradecer as palavras de solidariedade que me foram transmitidas o

Quero ainda solidarizar me com o Sr Presidente da Republica que apesar de estar a passar um transe muito dificil porque é muito dificil separar o que vai na alma e fazer o que obriga a razao do Estado soube cumprir exemplarmente o seu papel de chefe supremo do Pais numa vista que era do interesse de todos os Portugueses Estas palavras sao devidas principalmente porquanto sabemos como soube representar melhor do que ninguem os interesses fundamentais que neste momento preocupam a vida politica de Portugal

Ao Sr Deputado Rui Gomes da Silva nao há palavras que cheguem para lhe agradecer Realmente só a comoçao e lagrimas sao possiveis para com um homem que li re de qualquer queimadura entendendo sido o primeiro a saltar para fora do aviao agrisca a sua própria vida ao voltar a entrar no aparelho já em chamas queimando se a si próprio em quase dâvida de corpo e alma num acto de solidariedade para com os seus colegas Bem haja ao Rui Gomes da Silva

É bom que esse exemplo de solidariedade humana e crista de um homem que soube sobrepor à sua própria vida a vida dos seus colegas possa ser vivido por esta Assembleia

Em terceiro lugar quero dizer que todos esses deputados estavam a cumprir uma missao da Assembleia da Republica como representantes do Pais num processo de trazer a paz para Angola O Governo já o reconheceu e nao ale a pena fazer criticas acerca do que o Governo fez antes e depois quem é que proibiu ou nao quem e que permitiu ou nao quem é que mandou ou nao comissoes pois o que interessa é que Portugal — o Portugal de sempre na África — esteja à altura das suas responsabilidades e através dos seus legitimos representantes saiba cumprir o seu papel de verdadeiro interprete e dialogante para com os povos cuja História e cumum

Nogueira de Brito Gomes da Silva Joao Soáres e todos os outros que se encontravam no Congresso da Jamba nao foram representar os seus partidos mas sim o Pais num esforço incansável de trazer a paz para Angola para África Austral Assim estão neste momento a sofrer pelo que lutaram isto é por um serviço prestado a Portugal a Angola e à causa da paz mundial Por isso mesmo nao podemos aqui entrar nos pequenos diálogos ou seja saber se se tratava de uma missao partidária de uma missao pessoal ou de uma missao mandatada pelo partido Isto é pequena política isto é politiquice isto é politiqueirice que não infere ressa a ninguem perante a dâvida do sacrificio de todos esses deputados principalmente daqueles que souberam ser ir o Pais com o sacrificio da própria vida e que perante o holocausto as chamas não proferiram até agora uma lamuria no sentido de saber se fizeram bem ou mal em ter ido

Quanto aos inquéritos — porquanto é a comunicação social que os explora — é triste que a nossa comunicação social nao saiba distinguir um relatório provisório de um relator de um relatório final Nao posso culpar o PSD o relator o presidente da comissão nem a Oposição por estar a dizerao pais tuma mentira

Ouvei hoje às 8 horas o noticiário da «Antena 1» depois as 9 horas ouvi outras emissoras ejli em alguns jornais que a comunicação social já tinha conhecimento de conclusões do relatório da Comissão de Inquérito sobre o caso do ministro Miguel Cadilhe

o A Assembleia da Republica e os seus deputados nao tem culpa que os membros da comunicação social nao saibam informar devidamente o Pais dizendo que esta é uma proposta do relatório que nao corresponde à vontade da Assembleia mas unicamente a do seu relator

Assinei o comunicado exactamente como uma critica àquilo que está a ser transmitido ao pais para branquear a figura do ministro Cadilhe Nao sei porque a sentença ainda nao está dada a decisão ainda nao está tomada e o aôrðao não está feito o que vira a ser aprovado A maioria pode fazer passar o que quer será a maioria de consciencia de cada um dos deputados que a essa decisão estará vinculado Graças a Deus estes deputados são no os terão que responder pelos seus actos políticos através da sua vida politica pelo pais fora perante o seu eleitorado os seus amigos e perante todos os que lerem os nomes daqueles que o absolverem ou o condenarem injustamente e por isso mesmo nao farei hoje qualquer juizo de valor

Numa entrevista dada ontem a um semanário eu disse que o CDS ia propor no principio do ano político a publicação através da Assembleia da Republica de todos os inquéritos como se fez em relação aos chamados Livros Negros do Fascismo Nos faremos os Livros Brancos da Democracia E com o mesmo dinheiro gasto em Livros Negros do Fascismo vamos tomar a deliberação de publicar todos os documentos todas as intervenções e tudo aquilo que foi dito no lado para que a opinião publica saiba se o relatório e os votos correspondem àquilo que está e foi apurado pelas comissões

É a transparência como se faz em todos os países

e por isso mesmo proporemos esta deliberação Assim

ninguem terá de temer juizos de alguém A única coisa

que temerão os juizos da opinião publica mas a Assembleia da Republica sairá reforçada no seu prestígio

Era isto o que queria dizer Bem haja por tudo pelas

pala das ditas em relação ao meu colega de bancada

e o vosso colega de sempre Nogueira de Brito

O Sr Montalvao Machado (PSD) — Sr Presidente peço a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Presidente — Sr Deputado pedir esclarecimentos e pouco ortodoxo O Sr Deputado pode usar a figura da defesa da honra e consideração da bancada

O Sr Montalvao Machado (PSD) — Com certeza Sr Presidente ou entao usar a figura da defesa da honra e consideração da bancada embora nao seja meu costume fazê-lo

o Sr Deputado Narana Coissoró ouvi o com toda atenção que o Sr Deputado merece ou as suas palavras como idas de inicio as suas palavras de agradecimento ao meu colega de bancada No entanto a ultima parte da sua intervenção pro oco me um choque que me lembrou a perguntar a mim próprio se o Sr Deputado Narana Coissoró era o que estava no exercício da pala ra ou se era o que assinou este comunicado distribuido à comunicação social no qual se diz que o pretenso relatório da Comissão de Inquérito ao Ministério das Finanças ontem divulgado a comunicação social numa intolerável operação de propaganda política destinada a branquear o Sr Ministro das Finanças e da exclusiva responsabilidade do PSD

Registamos mais este atentado inqualificável à dignidade da Assembleia e à isenção exigível às comissões parlamentares de inquérito.

O Sr. Deputado Narana Coissoró assinou este comunicado, está no seu legítimo direito como também está no seu legítimo direito dizer o que hoje aqui disse, ou seja, que o PSD, o Sr. Deputado relator, os membros da comissão, o presidente da comissão e o coordenador não têm, efectivamente, qualquer responsabilidade.

Há aqui uma contradição flagrantíssima e ainda bem que o Sr. Deputado Narana Coissoró reconsiderou e hoje aqui, perante nós, quase que branqueou o seu nome retirando-o daqui.

O Sr. Presidente: — Para dar esclarecimentos, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente do Grupo parlamentar do PSD está, naturalmente, obcecado pela sua própria consciência ao pensar que o que se diz no comunicado se atribue ao PSD.

O que dizemos no comunicado é que o relatório é da exclusiva e única responsabilidade do PSD!... Não dizemos que o PSD é que divulgou o relatório. Por isso, peço ao Sr. Deputado que o leia duas vezes e depois me diga onde é que está a dizer que foi o PSD que divulgou o relatório provisório.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Isso é uma intolerável cooperação de propaganda política!

O Orador: — Isso é o PSD considerar que é o único que faz a propaganda política e que a comunicação social atreita ao PSD não faz a propaganda política do PSD.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — O Sr. Deputado!... V. Ex.^a há bocado fartou-se de fazer críticas à comunicação social e de inocentar o PSD, de modo que vamos pôr ponto final neste assunto porque não vale a pena continuar.

O Orador: — Não inocentei o PSD nem ataquei a comunicação social. A única coisa que disse foi que a comunicação social tinha dado ao país o relatório que só é da Assembleia depois de discutido e aprovado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não houve propriamente pedidos de esclarecimento, pelo que quero apenas agradecer as palavras gentis de que fui alvo.

Se me permitem quero fazer uma breve nota sobre esta questão da comunicação social e peço-lhe, Sr. Deputado Narana Coissoró, que não me leve a mal.

Deyo dizer que, várias vezes, ao ler, inclusive, em órgãos de comunicação social, coisas a meu respeito

indignei-me com ela mas mais tarde vim sempre a descobrir que a origem dessas coisas não estava na comunicação social, estava muito mais perto de mim do que dos jornais ou dos órgãos de comunicação social que as transmitiam. E quando ontem verifiquei que, de Norte a Sul do País, em todos os órgãos de comunicação social era repetida a mesma inverdade, eu tendo a desculpar todos aqueles que foram alvo dessa manipulação e a culpar a origem dela, e não é difícil! Nós todos, mesmo que agora não queiramos tornar desagradável a conversa, sabemos que não é difícil saber onde é que está a origem dessa manipulação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ainda estão inscritos para declarações políticas os Srs. Deputados Herculano Pombo, Regério Brito, Narana Coissoró e José Apolinário.

Srs. Deputados, costumo ir esperar o Sr. Presidente da República ao aeroporto sempre que ele regressa de uma viagem oficial ao estrangeiro e, por maioria de razão, faço-o hoje. Tendo de sair dentro de momentos e, portanto, peço a vossa benevolência para, num entorse regimental de que me penitencio, porque o que vou dizer deveria ter sido dito noutra altura, poder ler a carta cujo teor é o seguinte:

Sr. Presidente da Assembleia da República e meu excellentíssimo amigo,

Por razões que são do conhecimento público, tenho deslocar-me a Pretória, capital da República da África do Sul, entre os próximos dias 6 e 11 de Outubro, em viagem de carácter particular, para visitar o meu filho, João Barroso Soares, que continua internado no Hospital daquela cidade a receber tratamento médico, em consequência do grave acidente aéreo que sofreu juntamente com mais dois Deputados portugueses que terei igualmente oportunidade de visitar.

Porque se trata de uma viagem sem carácter oficial, de duração não superior a cinco dias, venho dar dela prévio conhecimento à Assembleia da República nos termos do n.º 2, do artigo 132.º da Constituição.

Apresento a V. Ex.^a os meus respeitosos cumprimentos de muita estima pessoal,

Mário Soares.

Srs. Deputados, quando daqui a pouco me encontrar com o Sr. Presidente da República, queria informá-lo de que já tinha dado conhecimento da sua carta à Assembleia da República e queria ter também o gosto de manifestar-lhe a apreciação focada aqui por todos os grupos parlamentares a que junto, naturalmente a mesma, manifestação da minha parte.

Como dentro de alguns minutos tenho de sair, peço ao Sr. Vice-Presidente Marques Júnior que me substitua às 17 horas.

Tem a palavra, Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora o Sr. Presidente da República dê conhecimento desta sua viagem de carácter particular de cinco dias, como manda a Constituição, penso que a Assembleia pode tomar conhecimento informal dela e desde já, tolerar constitucionalmente que se esta viagem for mais de cinco dias, não será preciso qualquer nova intervenção desta Assembleia para que o Sr. Presidente da República continue, segundo o seu

próprio calendário e segundo as suas próprias conveniências na África do Sul se é de mérito a sua irrida

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Montalvao Machado

O Sr Montalvao Machado (PSD) — Sr Presidente Srs Deputados A sugestão feita pelo Sr Deputado Nárana Coissoró tem o nosso apoio

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado António Guterres

O Sr António Guterres (PS) — Sr Presidente Srs Deputados A minha intervenção é também no sentido de apoiar o que disse o Sr Deputado Nárana Coissoró

E aproveito a oportunidade para informar à Comissão Permanente de que o Grupo Parlamentar do PS tinha convidado uma conferência de imprensa para as 17 horas. Pensámos que esta reunião estaria terminada a essa hora mas erificamos que não está. No entanto parece no indelíodo interrompe la isto que não está remos muito fora do horário portanto informo que a faremos apenas no fim dos trabalhos pelo que peço também a compreensão da comunicação social que está presente nesta reunião para esse efeito.

O Sr Presidente — Srs Deputados em relação ao oto apresentado sugiro que se tire a palavra, pesar e fique pura e simplesmente a palavra voto que será tratado na altura oportuna e cujo texto já do conhecimento dos Srs Deputados

Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Herculano Pombo

O Sr Herculano Pombo (Os Verdes) — Sr Presidente Srs Deputados Srs Deputados Em recente visita que efectuei aos concelhos algarvios de Faro e Tavira fui confrontado com a perspectiva autenticamente surrealista de ver desaparecer sob um tapete de asfalto a parte mais significativa do solo agrícola daquela região

Nenhum de nós ignora que as vias de comunicação são as veias por onde flui o sangue do desenvolvimento nenhum de nós ignora que a região algarvia cresceu demasiado em determinados sectores e à custa de indesculpáveis atrofias nenhum de nós ignora que para o Algarve passou o tempo de crescimento adolescente e despreocupado e que o tempo agora da cauta é decisões da diversidade das opções e do rigor dos actos. Não pode pois nenhum de nós querer ignorar a aparente levianidade da falta de sensibilidade global que parece enformar todo o processo que levará à construção da chamada Via do Infante

Do que me foi dado ver é ouvir dos contactos que mantive com os responsáveis pelas autarquias com a JAE (Junta Autónoma das Estradas) com a Direção do Parque Natural da Ria Formosa e com os agricultores do sotavento algarvio fica metacangustiante sensação de que a região do Algarve talvez a mais madura e a mais preparada para encetar a experiência da autarquia regional continua a ser palco da mais irresponsável descoordenação tabuleiro de jogos de inconfessáveis estratégias, autêntico corpo moribundo sobre o qual já pairam de há muito os abusos da especulação

Como podemos aceitar Srs Deputados que se implemente uma obra vital para o desenvolvimento do Algarve contra o parecer da CCRA (Comissão de Coordenação da Região do Algarve) abusando do alheamento das autorquias violentando a vontade dos agricultores ignorando mais uma vez a serra algarvia e os seus povos violando flagrantemente a legislação comunitária já em vigor no nosso país?

O solo agrícola é um bem precioso mais precioso se torna quando nele trabalham homens como os agricultores do sotavento algarvio empenhados em fazer do seu trabalho um factor de progresso e qualidade para a região e para o País ai nos solos ricos do campo algarvio começa a despontar a agricultura programada assente em investimentos avultados e em novos produtos cujo aparecimento antecipado nos mercados da Europa faz redobrar o seu valor ai nos campos do Vale da Asseca vive sete perspectiva se o futuro na esperança ainda não perdida de ver implementado o plano hidráulico que afasta de vez o espectro da seca e da intrusão salina nos lençóis freáticos agora saturados. Não é pois ilegítimo que em nome de outros valores filosofias se destruam para sempre estas esperanças ao mesmo tempo que se constrói a estrada da vergonha que assim se separaria para sempre a costa algarvia do barrocal e da serra asfixiando ainda mais o litoral e condenando a irremediável desertificação humana o interior

Sr Presidente Srs Deputados O Algarve merece outra oportunidade Os algarvios recentemente caídos na consciência dos malefícios do desenvolvimentismo anárquico veem agora com apreensão como lhes cai do céu uma obra de há muito desejada mas que a ser mal realizada poderá ser o golpe de misericórdia no ordenamento ainda possível da sua região

A Assembleia da República não pode ignorar este processo ao contrário deve acompanhá-lo em permanecer para que não suceda como nos itinerários principais os conhecidos IP já construídos e cuja contestação a posteriori motiva hoje grandes debates nacionais sobre o que de errado ter sido feito e não foi sobre o País que havíamos de ser e não somos

Pela nossa parte temos o processo ao conhecimento das Comissões Parlamentares de Agricultura e Pescas e do Equipamento Social e de Administração do Território Poder Local e Ambiente para que possa ser feito o seu acompanhamento sem prejuízo de virmos a utilizar outros mecanismos constitucionais de fiscalização, políticas factuais da administração ou mesmo fazermos apelo às instâncias internacionais

Ja vai sendo tempo de democratizar as decisões e de deixar de acreditar que o segredo e a alma do negócio é a democracia a ignorância e o alheamento dos cidadãos compromete a sua participação abrindo campo aos grupos de pressão que assim assumem de facto o poder em usurpação clara dos mais elementares direitos de todos

Fazemos votos para que a Via do Infante se não transforme numa linha negra a ensombrar o futuro do Algarve

Ainda vamos a tempo de evitar

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr Deputado José Apolinário

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em rigor não se trata propriamente de um pedido de esclarecimento, uso da palavra para me associar em nome do Partido Socialista às preocupações aqui trazidas pelo Sr. Deputado Herculano Pombo a propósito da construção da via longitudinal do Algarve, sobretudo pela falta de diálogo que a administração central tem demonstrado e pela incapacidade de entender e de compreender os legítimos anseios dos agricultores algarvios.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saúdo esta intervenção vinda de um transmontano, mas todos nós somos deputados por todo o território nacional, portanto está certa e adequada a intervenção do Sr. Deputado Herculano Pombo numa matéria relativamente à qual já tomei várias iniciativas na Assembleia da República e em que, longe de se encaminhar para uma solução, todos os dias aparecem notícias e factos que avolumam as preocupações que aqui temos trazido.

Até há pouco eram só os agricultores do concelho de Tavira que se movimentavam contra o traçado da Via do Infante, agora já são os dos concelhos de Olhão, de Faro, de Loulé. Bem, o Algarve está a levantar-se contra aquele traçado! Creio que esta é a prova mais evidente de que alguma coisa está errada no traçado e de que o Governo tem de acabar por reconhecer esta realidade.

Na verdade, creio que o que tem faltado, já foi aqui sublinhado, foi essa capacidade de dialogar com os mais directamente interessados, mas também com os mais sabedores e mais conheedores porque os homens de cultura e de ciência do Algarve estão contra o traçado — a própria Comissão de Coordenação Regional propôs um outro traçado mais favorável e que tem a concordância de largos sectores algarvios. Pensamos que há aqui qualquer coisa que não se entende, há por detrás disto alguns interesses que se desconhecem, mas a verdade é que este problema tem de ser acompanhado com muito maior atenção por parte da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados José Apolinário e Carlos Brito (do todo nacional, mas oriundos da região algarvia): De facto, tive oportunidade de viajar pela serra algarvia e de contactar todas as entidades que me parecem que, de algum modo, poderiam ter conhecimento ou algum envolvimento no processo.

Lamentavelmente, quero referir também aqui, embora não o tenha feito na minha intervenção, que o Sr. Governador Civil usou de todos os artifícios para não me receber. Até à última hora estivemos a tentar contactá-lo, a fazer-lhe ver a importância que era receber um deputado da Assembleia da República, em deslocação a Faro e a Tavira, em missão de observação e de fiscalização dos actos da administração — dos previstos e dos já executados — e o Sr. Governador Civil, contra todas as normas da ética política, para já não invocar o estatuto da oposição, recusou receber um

deputado da Oposição. É grave, já o lamentámos e já protestámos e é mais grave ainda quando o Sr. Governador Civil, segundo informações que recebemos no Algarve, não tem tido uma posição coerente ao longo de todo o processo.

Com os pés assentes num marco que indica o traçado por onde eventualmente há-de passar a estrada, o Sr. Governador Civil, posto perante a inevitabilidade de ver destruído o Vale da Asseca, disse: «A única coisa que vos garanto é que por aqui não passará.»

Contactados os presidentes das câmaras municipais, o Sr. Presidente da Câmara de Tavira disse-me que o nó de Tavira previsto para a Via do Infante assenta exactamente sobre os furos de águas de abastecimento àquela cidade. Não se pode, pois, compreender a coordenação que preside, ou que deixa de presidir neste caso, a um investimento de tão grande magnitude como é aquele que há-de ser feito na via longitudinal do Algarve.

Não se pode exigir a uma câmara municipal que cumpra os prazos de entrega do seu Plano Director Municipal quando não lhe são dadas as informações devidas sobre onde vai ser ocupado o território do seu concelho e com que estruturas.

Por outro lado, não se pode aceitar que a estrada venha inviabilizar — embora seja, tanto quanto sabemos, financiada em parte com dinheiros comunitários — projectos agrícolas que já estão em curso no Algarve, também eles financiados por dinheiros comunitários. Tudo isto é grave e não se percebe!

Durante um dia inteiro tentei encontrar o fio à meada, mas não é fácil porque na secção da Junta Autónoma das Estradas de Faro dizem que não sabem de nada, que apenas lhes compete executar; as câmaras dizem que não têm conhecimento a não ser, a título pessoal, através de amigos que têm dentro do processo; o Sr. Governador Civil não quer assumir uma posição frontal face a um deputado da Oposição e o director do Parque Natural da Ria Formosa está, obviamente, preocupado com os impactos que possam ocorrer na zona protegida. Toda esta gente, a começar pelo director da Comissão de Coordenação da Região do Algarve manifestou já reiteradamente a sua oposição ao traçado previsto — e quanto a traçado previsto fala-se em seis ou sete traçados previstos...! — e a população do Algarve, mormente os agricultores que querem fazer os seus investimentos, que têm as suas barragens já em construção não podem estar à espera de um dia ao acordarem terem começado as obras que lhes inviabilizam a esperança de uma vida inteira.

Srs. Deputados, não podemos aceitar isto! Obviamente que a Assembleia da República não pode, perante estes dados que eu aqui trago, tomar uma posição, mas penso que também não podemos alhear-nos deste processo e deveremos fazer um esforço, nomeadamente através das comissões, para o seu acompanhamento em pormenor.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente, Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No prosseguimento do conflito que opõe os fruticultores da região do oeste ao Governo,

naquela que é já a denominada « guerra da fruta » está prevista para o próximo domingo uma manifestação que se deslocará em direção a Lisboa

Este é o corolário de uma situação caracterizada por crescentes dificuldades de escoamento da produção agrícola neste caso particular frutícola e pela progressiva desvalorização a par da perda em termos reais do rendimento dos agricultores à média de 4% ao ano desde 1985

Estamos perante um conflito que resulta de uma situação que não é meramente circunstancial e local ou que possa ser justificada por razões acidentais. Pelo contrário ele erifica-se no quadro de uma evidente e perigosa degradação da balança comercial agroalimentar em que a evolução do sub sector das frutas é exemplo de relevo

Tenha-se em conta que entre 1985 e 1988 a taxa de cobertura das importações pelas exportações (em valor) no sector das frutas teve uma evolução extremamente desfavorável passando — atente-se — em apenas quatro anos de um saldo positivo superior a 200% para um saldo negativo da ordem dos 70% entre 1987 e 1988 as extremamente diminutas exportações de fruta aumentaram (em volume) apenas 2% enquanto as elevadíssimas importações dessa mesma fruta cresceram 141% em 1989 a situação tende a agravar-se verificando-se nos primeiros cinco meses (período em que os dados estão disponíveis) relativamente ao igual período de 1988 que a taxa de cobertura das importações desceu de 29% para 17%

Esta situação tão pouco pode ser justificada como uma consequência das regras de mercado impostas pela Política Agrícola Comum (PAC) pese ao facto de ser este o argumento preferido do Governo

Este argumento constitui também um terceiro andamento da condução da política agrícola e da propaganda do Governo no processo de integração comunitária

O primeiro andamento foi o de espalhar e de distribuir falsas ilusões e de facilidades — que não existiam — que tiveram um efeito entorpecente adormecendo muitos milhares de agricultores perante a dimensão dos riscos e das dificuldades que teriam de enfrentar. Depois foi o desenvolver de uma política que privilegiou e tem privilegiado as estruturas económico agrícolas mais desenvolvidas as mais fortes em prejuízo da grande maioria dos agricultores numa estratégia de desenvolvimento económico social que esta desprovista de qualquer sentido de melhorar a eficiência económico produtiva das explorações agrícolas a competitividade e a capacidade de defender os interesses nacionais a nossa economia agroalimentar e de conquistar no exterior e internacionalmente mercados

Por fim o terceiro andamento é o de o Governo se desculparizar de todos os efeitos da sua política responsabilizando por sistema os condicionamentos comunitários pelas situações criadas. É curioso como as posições se invertem!

Não tendo sido aceite o agendamento de um projecto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a reunião da Comissão Permanente de hoje não podemos deixar de propor com carácter de urgência a organização e a realização por parte da Comissão de Agricultura e Pescas de uma reunião na qual participem representantes das organizações de agricultores e de responsáveis governamentais pelas áreas

da agricultura e do comércio a fim de debater a presente situação — suas causas e efeitos — e procurar soluções eficazes que acautelem os interesses nacionais modernizem e reforcem o sector e contribuam para o desenvolvimento económico social dos nossos agricultores

A terminar queríamos testemunhar aproveitando a oportunidade desta intervenção enquanto não recomeça a nova sessão legislativa a nossa solidariedade para com a Reforma Agrária cuja 12.ª Conferência se realizou no passado fim de semana numa demonstração de inequívoca confiança no futuro pese à situação de contra reforma agrária que tem procedido à destruição produtiva das cooperativas/UCPs

Aproveitamo igualmente a oportunidade para vos propor que leiam e estudem criticamente a Proposta para o desenvolvimento da Agricultura do sul do Ribatejo e do Alentejo apresentada pela 12.ª Conferência da Reforma Agrária já publicada em livro ciente de que nela encontraram um contributo sério e competente para responder às necessidades imperativas de desenvolvimento económico e social do sector e da região para dotar a agricultura portuguesa de capacidade para enfrentar o mercado único

Esta proposta entendemos-la como uma contribuição e ao empenhamento de todos os que estão apostados em construir um futuro de progresso para o Alentejo e Ribatejo pondo fim a um ciclo de miséria e de depressão de que esta região tem sido vítima. É uma proposta em nosso entender que parte da inventariação e da análise aos condicionamentos internos e externos que pesam sobre o sector e sobre a economia agrícola do nosso país para avançar numa perspectiva de desenvolvimento integrado capaz de articular recursos naturais humanos e técnicos com a economia regional e os interesses nacionais no quadro da integração comunitária

Concluo alertando que a agricultura portuguesa tem merecido por norma pouco interesse e pouco estudo por parte desta Assembleia. Ela pode comprometer decisivamente o futuro deste país e o seu desenvolvimento e omitir as situações graves que estamos a enfrentar podem ser uma responsabilidade de quem não assumir a necessidade de esclarecer o País e de construir as soluções necessárias para que ele seja capaz de enfrentar o mercado único e a sua integração no futuro

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr Deputado Silva Marques

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente Sr Deputado Rogério Brito. Pergunto ao Sr Deputado quando e que esse projeto de deliberação referido não foi aceite visto que eu participei na conferência de líderes esta manhã e nem sequer o problema se colocou. Mas enfim já que estamos tão habituados ao freamento acusatório que este é um pormenor insignificante perante a enxurrada geral

O Sr Presidente — Para responder tem a palavra o Sr Deputado Rogério Brito

O Sr Rogério Brito (PCP) — Sr Presidente solicito que seja dada a possibilidade ao meu camarada Carlos Brito de dar resposta a esta questão pois foi ele quem participou na reunião de líderes parlamentares

Contudo, gostaria de aproveitar a oportunidade para reter a expressão usada pelo Sr. Deputado Silva Marques perante a «enxurrada». De facto, creio que é uma profunda «enxurrada» de hipocrisia ouvir uma intervenção como esta, reter apenas este aspecto e nem sequer ter a noção das responsabilidades que também cabem e sobretudo ao partido do Governo no sentido de saber entender e dar resposta a estes graves problemas que comprometem não o deputado do PCP ou o PCP mas o País e os agricultores que nele vivem e trabalham. Isso é perfeitamente hostil e não tem classificação possível.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, apesar de não existir qualquer figura regimental que resolva esta questão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Brito para dar esclarecimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Invoco apenas o direito de testemunho.

Assim, devo dizer que cerca das 12 horas, enquanto decorria a conferência de líderes dos grupos parlamentares, apresentámos ao Sr. Presidente da Assembleia da República um projecto de deliberação, aquele a que se referiu o meu camarada deputado Rogério Brito.

Nessa altura fiz, na conferência de líderes, uma breve apresentação da nossa pretensão contida nesse diploma. Ao fim e ao cabo, tratava-se de propor à Comissão Permanente que deliberasse convocar, com urgência, a Comissão de Agricultura e Pescas para tratar do caso da «guerra da fruta». Pedi a compreensão dos presidentes dos grupos parlamentares presentes para o agendamento na reunião de hoje desta matéria, mas por parte do PSD foi-nos respondido que, dado que o facto apenas tinha sucedido naquela altura, às 12 horas e durante a conferência de líderes, não estava em condições de dar o seu acordo ao agendamento para a reunião de hoje. Aliás, o Sr. Presidente, que estava presente, é testemunha desses acontecimentos.

Portanto, em face disso, ficou previsto que esta matéria poderia transitar para uma próxima reunião da Comissão Permanente. Porém, acontece que esta já não irá ter lugar visto que a conferência de líderes decidiu que até ao início da sessão legislativa não haveria mais nenhuma reunião da Comissão Permanente.

Na verdade, quanto a nós, teria merecido a pena fazer hoje o debate do nosso projecto de deliberação, teria valido a pena convocar, rapidamente, a Comissão de Agricultura e Pescas para discutir este assunto.

Portanto, trata-se de uma questão incidental na intervenção do meu camarada Rogério Brito, que, de qualquer maneira, tem algum significado e peso político.

Não nos parece que a questão fosse tão complexa que o PSD não pudesse ter tomado rapidamente, as suas disposições para que esta pudesse ser considerada durante a reunião da Comissão Permanente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, estive presente na reunião da conferência de líderes, mas, como sabe, cheguei atrasado e não me apercebi bem dessa discussão. Porém, a minha memória foi avivada após a intervenção do Sr. Deputado e a verdade é que também fiquei com a ideia de que V. Ex.^a não fazia desse assunto uma questão tão fundamental, isto é, que teria compreendido as dificuldades apresentadas pela própria conferência de líderes. Foi, de facto, essa a ideia com que fiquei.

Aliás, devo dizer que fiquei sensibilizado pela chamada de atenção para o facto de eu estar presente na conferência de líderes. No entanto, pode ser que eu esteja relativamente equivocado quanto a esta questão...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, confirmo isso! Entendi a recusa do PSD no sentido de não se poder agendar este projecto de deliberação.

Aliás, isto não foi aqui citado pelo Sr. Deputado Rogério Brito como sendo a grande questão. Porém, quanto a nós, a verdade é que nos parece que o PSD se poderia ter mostrado disponível para a discussão do diploma. Na verdade, já tem acontecido incluir-se na agenda de reuniões que se realizarão da parte da tarde muitas outras questões que foram apresentadas em conferência de líderes na parte da manhã. Contudo, hoje o PSD não deu acordo a que assim se procedesse e a verdade é que o solicitei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cada um diz o que quer; é o sortilégio da democracia! De facto, tal como o Sr. Presidente, também não me apercebi de, na conferência de líderes parlamentares, ter rejeitado fosse o que fosse.

Chamei a atenção para este pequeno pormenor dada a veemência da intervenção do Sr. Deputado Rogério Brito, porque perante a impetuositade acusatória do discurso e, afinal de contas, do que se passou na conferência de líderes, pergunta-se quem é que, de facto, está pura e simplesmente a usar de hipocrisia política ou quem é que leva as coisas minimamente a sério!

Não pretendo insistir no assunto e creio que os Srs. Deputados também não o pretenderão, tão evidente é a verdade!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Ao abrigo de que figura regimental, Sr. Deputado?

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, aquilo que o Sr. Deputado Silva Marques disse foi num tom tão provocatório que me permite invocar o direito de defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que não aceito este tipo de jogo em que o Sr. Deputado Silva Marques gosta de entrar. Creio que isso ficará muito bem para quem lhe pegue na jogada, mas a verdade é que não estou particularmente interessado nisso!

A intervenção que foi feita tinha um conteúdo substantivo, uma leitura designadamente de uma situação — e não se trata de saber se é a sério ou a brincar — que nem sequer pode ser contestada por quem esteja minimamente dentro das situações e que leia as publicações oficiais em que, embora de uma forma dispersa, aparecem estes dados.

Quanto à questão de brincar, quem gosta das charadas é o Sr. Deputado Silva Marques! Entretenha-se,

pois com elas pode fazer palavras cruzadas para si mas a verdade é que nesta Casa não sou capaz de abordar os assuntos de uma forma galhofeira ou provocatória que atenta contra a dignidade da Assembleia. Por tanto isto não tem resposta

O Sr Presidente — Para dar explicações tem a palavra o Sr Deputado Silva Marques

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Deputados Rogério Brito cada um procede como entender utiliza os adjetivos que quiser isso é repito o sortilégio da democracia que aliás os useiros e veseiros nestas coisas nunca desejaram — con em lembrar lhes! Os Srs Deputados nunca desejaram e ainda hoje não desejam! Por isso os senhores compensam esse deficei democrático com um excesso acusatório e digamos insultoso

Sr Deputado aqui mesmo se verificou o desfasamento total e flagrante entre a veemencia do seu discurso e o vosso comportamento prático Coloquei isso em evidencia através de depoimentos compre ativos por parte de diversos participantes nos acontecimentos. Por isso Sr Deputado meta a sua veemencia verbalística no bolso e aproveite a sobretudo para as barricadas para o processo revolucionário

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Presidente peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra do Grupo Parlamentar do PCP

O Sr Presidente — Faça favor Sr Deputado

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados O Sr Deputado Silva Marques excede-se frequentemente É verdade que há muitos canos! O Sr Deputado Silva Marques foi membro do PCP. Por tanto tinha nessa altura as suas convicções como membro do PCP que não eram as deste partido Logo o Sr Deputado era um homem que pretendia resolver tudo como se resolve nas zonas das tempestades! O Sr Deputado era um comunista com um tipo de convicções profundamente maoísta queria levar tudo à bomba mas não eram essas as posições do PCP. Ora o Sr Deputado continua a pensar como o PCP pensava nessa altura em que já não pensa a como o PCP Portanto aquilo que o Sr Deputado diz não vale por aquilo que pensamos porque nunca pensou como nós

O Sr Presidente — Para dar esclarecimentos tem a palavra o Sr Deputado Silva Marques

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente Srs Deputados De facto esta é uma situação muito interessante

Sr Deputado Carlos Brito graças a Deus! — e devô dizer que sou ateu — que nunca pensei como o PCP senão ainda lá me encontrava!

Srs Deputados do PCP VV Ex^{as} tem de se convencer que não tem o monopólio da democracia! A democracia não está controlada pelos senhores nem sequer as iniciativas de fiscalização! Ainda hoje os Srs Deputados identificam Estado com Partido Comunista. É por isso que se permitem identificar «Festa do Avante» com máquinas e dinheiro das câmaras e fazem no tranquilamente — dou vos esse benefício da dúvida! Portanto é uma circunstância atenuante como

se verificará no inquérito que certamente irá ter lugar! É uma circunstância atenuante! Os senhores fizeram isso em plena consciência dessa concepção que tem de identificação entre o partido e o Estado e portanto também entre a câmara e Festa do Avante!

Contudo Sr Deputado não vale a pena incomodar-se com o meu passado que como sabe é público e eu próprio me encarreguei de o publicitar O Sr Deputado recorda-se perfeitamente dos nossos velhos tempos em que fiz mais barulho com a minha dissidência na clandestinidade do que todos os dissidentes de hoje em liberdade Portanto somos velhos conhecidos!

Na clandestinidade — aliás e lindissimo invocar esses tempos! — fui perseguido pela polícia política amordaçado pela censura e perseguido — permita-me o termo mas era legítimo do ponto de vista do confronto político — pelo próprio Partido Comunista Há trinta anos fiz vos mais a vida negra do que hoje vos fazem todos os dissidentes em democracia Por isso o Sr Deputado tem de facto toda a razão em invocar esses velhos tempos que recordo aliás com saudade estética porque se tratava de uma luta ética e cheia de emoções Hoje a democracia é uma coisa rotineira enfim não tem o mesmo grau de ardor

Mas do que eu queria falar Sr Deputado era do incidente entre o discurso do seu colega que dava a impressão de que a Nação estava a cair em consequência da actuação horrorosa do Governo que está de olhos fechados para todos estes problemas palpitantes da Nação e o vosso comportamento prático ocorrido ainda esta manhã Portanto foi apenas isto que eu quis por em flagrante contraste e felizmente com testemunhas neste momento presentes Refiro-me pois aos factos que ainda se passaram há pouco ao meio dia como aliás confirmou o Sr Deputado Carlos Brito. Ora os senhores perante um caso tão trágico tão importante para a Nação só apresentaram o projecto de deliberação ao meio dia! Ao menos deviam no ter apresentado ontem já que o assunto era tão grave

Por isso Sr Deputado conhecemos tudo isto de cor e salteado! Eu só intervii para por alguma água nessa fervura mas isto felizmente não tem quaisquer consequências práticas para a democracia! No fundo foi apenas um pequeno incidente que uma vez mais pôs a claro a grave incoerência entre o vosso verbalismo e o vosso comportamento mais nada

Mas agradeço ao Sr Deputado Carlos Brito que diga que nunca pensei como o Partido Comunista Português De facto o PCP pensava de uma forma horrível não dava qualquer entusiasmo Nem hoje dá. Hoje é a mesma coisa!

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado José Apolinário

O Sr José Apolinário (PS) — Sr Presidente Srs Deputados Em Portugal o cavaquismo reinante tem idolatrado até ao exagero o culto da juventude instilada adocicada e a mercê de um juventudismo aparentado Confrontados com o peso do marketing governamental muitas vezes demasiadas vezes ficamos nos no plano político parlamentar pela discussão do lufa lufa diário talvez pela discussão das manchetes mas entendemos que consolidando a alternativa importa apresentar propostas pela positiva É pois nesse sentido que apresentamos hoje três projectos de lei sobre as questões da juventude que tem como marca

e como preocupação a de legislar, tendo em vista um futuro e não apenas um lufa-lufa diário.

O que, no essencial, pretendemos com estas iniciativas são três coisas. Em primeiro lugar, queremos que a idade mínima para prestação de trabalho seja fixada nos 16 anos. Como os Srs. Deputados sabem, o actual limite legal é de 14 anos, limite que data desde 1969! Portugal continua a ser um dos países que ainda não rectificou a Convenção 138 da OIT que fixa esse limite nos 16 anos.

Portugal é o único país da CEE que tem como limite os 14 anos. Aliás, em 1987, uma resolução do Parlamento Europeu convidava os Estados membros a adoptarem os 16 anos como limite.

Ainda recentemente o Sr. Presidente da República assumiu publicamente como positivo este objectivo da fixação em 16 anos da idade mínima para a prestação de trabalho.

Não esquecemos a problemática do trabalho infantil e todos os aspectos complexos que este envolve, nem o facto de a escolaridade obrigatória continuar a não atingir 100%, mas consideramos que esta nossa iniciativa é e vale como antevisão de um futuro próximo que uma adequada proteção e formação do jovem exige e reclama.

Em segundo lugar, os socialistas querem o reconhecimento das rádios académicas.

Como é sabido, a Lei n.º 87/88, que estatui sobre o exercício da actividade de radiodifusão, não teve em conta a especificidade das rádios universitárias, que encontraram enormes dificuldades para se integrarem no quadro da referida lei. No caso de Lisboa e do Porto, locais de maior concentração financeira dos projectos de radiodifusão privados ou cooperativos apresentados, a RUT (Rádio Universidade Tejo) e a RUP (Rádio Universidade do Porto) viram-se assim claramente afastadas.

Com a presente iniciativa recolocamos o problema, corrigindo-se uma lacuna grave e atribuindo uma posição específica a estas rádios de estudantes.

Em terceiro lugar, pretendemos, através de uma iniciativa legislativa, permitir que os menores com idade superior a 14 anos possam constituir e exercer plenamente actos em associações que tenham por finalidade a promoção, formação e integração social dos jovens. É o reconhecimento legal de uma situação que urgia abranger, permitindo a estes jovens uma participação plena no movimento associativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo actual definiu como estratégia de acção para a juventude a criação de uma malha centralizada no ministro da Juventude e no seu Gabinete. Nos diversos sub-gabinetes e nas sucessivas comissões e comissões-zinhas alberga-se assim uma juventude instituída, adocicada pelo «sumo laranja», controlando essa malha, afinal dependente da continuação ou não de um ministro da Juventude, dos bons e maus resultados eleitorais, da valorização ou subvalorização que qualquer governo faça do estar juvenil.

O que nós pretendemos é coisa diferente. Trata-se, segundo os socialistas, de dignificar a condição social do jovem, os seus direitos e deveres, de legitimar os seus espaços de participação-intervenção.

Como contraponto a uma visão da situação juvenil baseada no uso dos mecanismos de decisão da administração, pontual e conjuntural, nós avançamos com

medidas e iniciativas que estão para além dos horizontes do actual Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Deputado José Apolinário, antes de mais, quero, em nome particularmente da Juventude Social-Democrata, felicitar a JS e naturalmente o PS pela apresentação destes três projectos de lei.

Não vou referir-me à substância — teremos ocasião de fazê-lo, primeiro em sede da Comissão Parlamentar da Juventude e depois em sede do Plenário da Assembleia da República —, mas a apresentação destas iniciativas legislativas é, por si só, um facto político que merece ser realçado e não queria deixar de o cumprimentar por isso.

Julgo, aliás, que a relevância das matérias que anunciou bem podiam ter dispensado referências a latere quer ao Governo quer à sua coloração. Não sei qual é o problema em a juventude ser «adocicada com laranja» — devo dizer que prefiro essa situação a que ela seja, por exemplo, amargada com limão.

O Sr. José Apolinário (PS): — Mas é que «as laranjas» estão a apodrecer!

O Orador: — Mas o Sr. Deputado José Apolinário quis, com certeza, associar a bondade das suas iniciativas legislativas a uma crítica ao Governo mesmo que não tivesse muita razão de ser, mas, enfim, faz parte do discurso político do PS e também isso é compreensível e até desculpável.

No entanto, a questão que quero salientar é a seguinte: não é justo que o Sr. Deputado diga que essas matérias estão para além da execução da política de juventude do Governo, porque não é verdade. Por exemplo, a terceira iniciativa legislativa que referiu, a do direito de associação dos menores, foi objecto de uma proposta de lei aqui, na Assembleia da República.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — De um projecto de lei do CDS!

O Orador: — Sr. Deputado Narana Coissoró, foi uma proposta de lei do Governo!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi um projecto de lei do CDS!

O Orador: — Houve um projecto de lei do CDS e de outros partidos, mas foi uma proposta de lei do Governo.

E, se os Srs. Deputados estão recordados, foi por consenso de todas as bancadas que terminámos a discussão em Plenário sem a votação na generalidade.

Portanto, a complexidade jurídica das questões que estavam em causa com essas iniciativas legislativas obrigavam a uma maturação maior, quer em sede da Comissão Parlamentar da Juventude quer na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, que adiou a discussão para outro momento. Esperemos que essa iniciativa do PS ajude a fazer o ponto da discussão

quanto a reflexão que provavelmente todos os grupos parlamentares terão já concluído

Sobre as rádios universitárias — e teremos ocasião de referir o problema quando ele surgir — há que verificar se estão ou não garantidas algumas exigências constitucionais e legais de justiça na atribuição da frequência e os critérios das preferências, não podem como o Sr Deputado sabe tão bem ou melhor que eu ir contra a lei e sobretudo contra a Constituição

O Sr Deputado José Apolinário parece me politicamente importante situar esta iniciativa da JS tentar balizar temporalmente a origem desta iniciativa ou seja e a primeira vez tanto quanto sei que são trazidas perante a Assembleia e indirectamente perante a opinião pública estas três iniciativas legislativas. Não me recordo de qualquer comunicado público da JS que as tivesse anunciado

Portanto a pergunta que gostaria de fazer lhe, particularmente em relação a primeira que tem a ver com a idade mínima legal para se poder exercer uma profissão e a de saber se esta é uma iniciativa que a JS já tinha deliberado nos seus órgãos internos e portanto já a tinha preparado ou se é uma iniciativa que decorre do conselho que o Sr Presidente da República fez na conferência promovida pela CGTP/Intersindical. Tratando por miudos isto é uma iniciativa do Sr Presidente da República através da JS ou é uma iniciativa da JS que mereceu o apoio do Sr Presidente da República?

O Sr Presidente — Para responder às questões coladas se assim o entender tem a palavra o Sr Deputado José Apolinário

O Sr José Apolinário (PS) — Sr Deputado começo desde já por responder à última questão. Não tenho qualquer pejo em defender aqui ou em qualquer lugar uma iniciativa do Sr Presidente da República que me pareça justa. Como tal a insinuação que o Sr Deputado Carlos Coelho coloca apenas nos honraria

Mas não é essa a questão esta preocupação tem hoje uma expressão comunitária é uma preocupação que já tínhamos expresso quando foi aqui discutida uma autorização legislativa ao Governo sobre formas de combate ao trabalho infantil e é uma preocupação que tem e entraña fundamentalmente o pensamento dos socialistas perante a Europa após 1992 isto é a existência de uma Europa social pressupõe também a existência de uma Carta Social Europeia e a harmonização das relações nomeadamente quanto à idade mínima para o início da prestação de trabalho

Quanto às questões de fundo de que o Sr Deputado falou (sobre uma pretensa questão da JS e do PS) de o dizer que estou aqui como deputado do Grupo Parlamentar do PS indicado pela Juventude Socialista que estas são iniciativas do Grupo Parlamentar do PS a que naturalmente demos o nosso contributo mas não andamos com nenhuma bandeirinha de «juventudismo» a dizer que é uma iniciativa da JS. É sim uma iniciativa subscrita pelos socialistas apresentada na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PS que é quem pode apresentá-la e quem tem a capacidade de agendá-la

Em segundo lugar gostava de dizer também o seguinte estou preocupado e importa que a juventude participe respondendo elmente mas não sou responsável

por um certo juventudismo por moda^ por forma a iludir as questões como modo apenas de continuar sem inovar nem sou tão pouco favorável a um certo juventudismo que sei que não é aquele em que se enquadra o Sr Deputado ou seja um certo juventudismo aparvalhado em que sob a imagem das modernices se procuram muitas vezes iludir o pensamento e o estar dos jovens

As iniciativas que apresentámos inserem-se dentro de um pacote legislativo sobre questões de juventude mas vão surgir mais. Posso desde já dizer que vamos apresentar um projecto de lei sobre o apoio ao associativismo juvenil durante o Encontro Nacional de Juventude que vai decorrer no próximo fim de semana em Tróia. Quisemos fazê-lo lá antes de o apresentarmos na Assembleia por respeito ao movimento associativo juvenil quer de âmbito regional quer nacional elet insere-se numa preocupação que é de valorizar a componente de intervenção legislativa sobre as questões de juventude

Vamos continuar e temos outros projectos para apresentar proximamente. Esperamos contar aliás com o voto do PSD sobre a maior parte deles a menos que o sectarismo partidário seja tal que não permita ter uma perspectiva mais ampla sobre as iniciativas que apresentámos

O Sr Presidente — Srs Deputados vai proceder-se à leitura do voto sobre o acidente verificado na Jamba apresentado pelo PS

Foi lido. É o seguinte

No passado dia 26 de Setembro verificou-se um brutal acidente de aviação na Jamba Angola em consequência do qual ficaram feridos três deputados da Assembleia da República

Rui Gomes da Silva do Partido Social Democrata João Soares do Partido Socialista e Nogueira de Brito do Centro Democrático Social

Foi com profunda emoção manifestada das mais diversas formas que o País acompanhou a sua transferência para o hospital bem como a sua lenta mas segura recuperação

A Assembleia da República manifesta o seu profundo pesar pelo brutal acidente de aviação em consequência do qual ficaram feridos os deputados Rui Gomes da Silva João Soares e Nogueira de Brito exprime a sua solidariedade às respectivas famílias e faz votos pela sua rápida recuperação por forma a que possam retomar o exercício pleno do seu mandato o mais depressa possível

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos proceder à votação do voto que acabou de ser lido

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade

ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados terminou o período de antes da ordem do dia embora já tenha sido apreciada a carta de S Ex o Sr Presidente da

República, pelo que passaremos agora à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

**Relatório e parecer
da Comissão de Regimento e Mandatos**

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 28 de Setembro de 1989, pelas 15 horas e 30 minutos, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):

Júlio da Piedade Nunes Henriques (Círculo Eleitoral de Leiria), por Custódio João Vilela Maldonado Freitas. Esta substituição é determinada nos termos da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do dia 9 de Setembro corrente, inclusive.

2 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

Bernardina Lúcia Sebastião (Círculo Eleitoral de Beja), por Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de 2 (dois) meses, a partir do dia 15 de Setembro corrente, inclusive.

3 — Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Renovador Democrático (PRD):

Jorge Pegado Liz (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Isabel Maria da Costa Valentim Ferreira Espada. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 7 de Agosto passado a 30 de Setembro corrente, inclusivé.

Jorge Pegado Liz (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Alexandre Manuel da Fonseca Leite. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 1 de Outubro próximo até ao início da 3.ª Sessão Legislativa da V Legislatura.

4 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

5 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

6 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Presidente: *João Domingos F. de Abreu Salgado* (PSD); O Vice-Presidente: *Alberto Marques da O. e Silva* (PS); O Secretário: *Valdemar Cardoso Alves* (PSD); Os Deputados: *Arlindo da Silva André Moreira*, (PSD) — *Carla Maria Tato Diogo* (PSD) — *Daniel Abílio Ferreira Bastos* (PSD) — *Domingos da Silva e Sousa* (PSD) — *António Ourique Mendes* (PSD) — *José Guilherme Pereira C. dos Reis* (PSD) — *José Manuel da Silva Torres* (PSD) — *Luís Filipe Garrido Pais de Sousa* (PSD) — *Manuel António Sá Fernandes* (PSD) — *Reinaldo Alberto Ramos Gomes* (PSD) — *Vasco Francisco Aguiar Miguel* (PSD) — *Helder Oliveira dos Santos Filipe* (PS) — *Mário Manuel Cal Branda* (PS) — *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Francisco Barbosa da Costa* (PRD).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação:

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votá-lo.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lido outro relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

**Relatório e parecer
da Comissão de Regimento e Mandatos**

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 3 de Outubro de 1989, pelas 15.30 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD):

Luís Amadeu Barradas do Amaral (Círculo Eleitoral de fora da Europa), por *António Mário Braga Santos Coimbra*. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de 180 dias, a partir do dia 8 de Setembro passado, inclusive.

2 — Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

António José Monteiro Vidigal Amaro (Círculo Eleitoral de Évora), por *Joaquim António Rebocho Teixeira*. Esta substituição é pedida nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por

um periodo de 6 (seis) meses a partir do dia 1 de Outubro corrente inclusive

Alvaro Favas Brasileiro (Círculo Eleitoral de Santarem) por Sergio Jose Ferreira Ribeiro Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 3/85 de 13 de Março (Estatuto dos Deputados) para o período de 1 de Outubro corrente a 13 de Fevereiro próximo inclusivamente

Rogerio Paulo Sardinha Moreira (Círculo Eleitoral de Lisboa) por António Filipe Gaião Rodrigues Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 3/85 de 13 de Março (Estatuto dos Deputados) por um período de 3 (tres) meses a partir do dia 3 de Outubro corrente inclusive

Fernando Manuel Conceição Gomes (Círculo Eleitoral de Coimbra) por Carlos Victor Baptista Costa Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 3/85 de 13 de Março (Estatuto dos Deputados) para o período de 1 a 31 de Outubro corrente inclusive

Jose Eduardo Linhares de Castro (Círculo Eleitoral de Coimbra) por Carlos Victor Baptista Costa Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 3/85 de 13 de Março (Estatuto dos Deputados) por um período de 3 (tres) meses a partir do dia 1 de Novembro próximo inclusivamente

Maria Ilda da Costa Figueiredo (Círculo Eleitoral do Porto) por Eduarda Maria Castro Fernandes Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 3/85 de 13 de Março (Estatuto dos Deputados) para o período de 25 de Setembro passado a 15 de Outubro corrente inclusive

3 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais

4 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis

5 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer

As substituições em causa são de admitir uma vez que se encontram verificados os requisitos legais

O Presidente Joao Domingos F de Abreu Salgado (PSD) O Vice Presidente Alberto Marques de Oliveira Silva (PSD) O Secretário Valdemar Cardoso Alves (PSD) Os Deputados Arlindo da Silva Andre Moreira (PSD) — Carla Maria Tato Diogo

(PSD) — Daniel Abilio Ferreira Bastos (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Joao Granga Rodrigues da Fonseca (PSD) — José Alberto Puig dos Santos Costa (PSD) — Jose Guilherme Pereira C dos Reis (PSD) — José Manuel da Silva Torres (PSD) — Luis Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel Antonio Sa Fernandes (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — Vasco Francisco Aguiar Miguel (PSD) — Carlos Manuel N da Costa Candal (PS) — Helder Oliveira dos Santos Filipe (PS) — Mario Manuel Cal Branda (PS) — Jose Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Francisco Barbosa da Costa (PRD)

O Sr Presidente — Srs Deputados está em apre

ciação

Pausa

Não havendo inscrições vamos votar

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos proceder à leitura do projecto de deliberação n.º 57/V

Projecto de Deliberação n.º 57/V

Ao abrigo do artigo 4º n.º 1 alínea g) do Regimento da Assembleia da República a Comissão Permanente delibera autorizar o funcionamento da Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias tendo em vista a realização de uma reunião com o Sr Secretário de Estado da Integração Europeia para análise das questões decorrentes do projecto europeu da Televisão Sem Fronteiras

O Sr Presidente — Srs Deputados está em apre

ciação

Pausa

Não havendo inscrições vamos votar

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Silva Marques

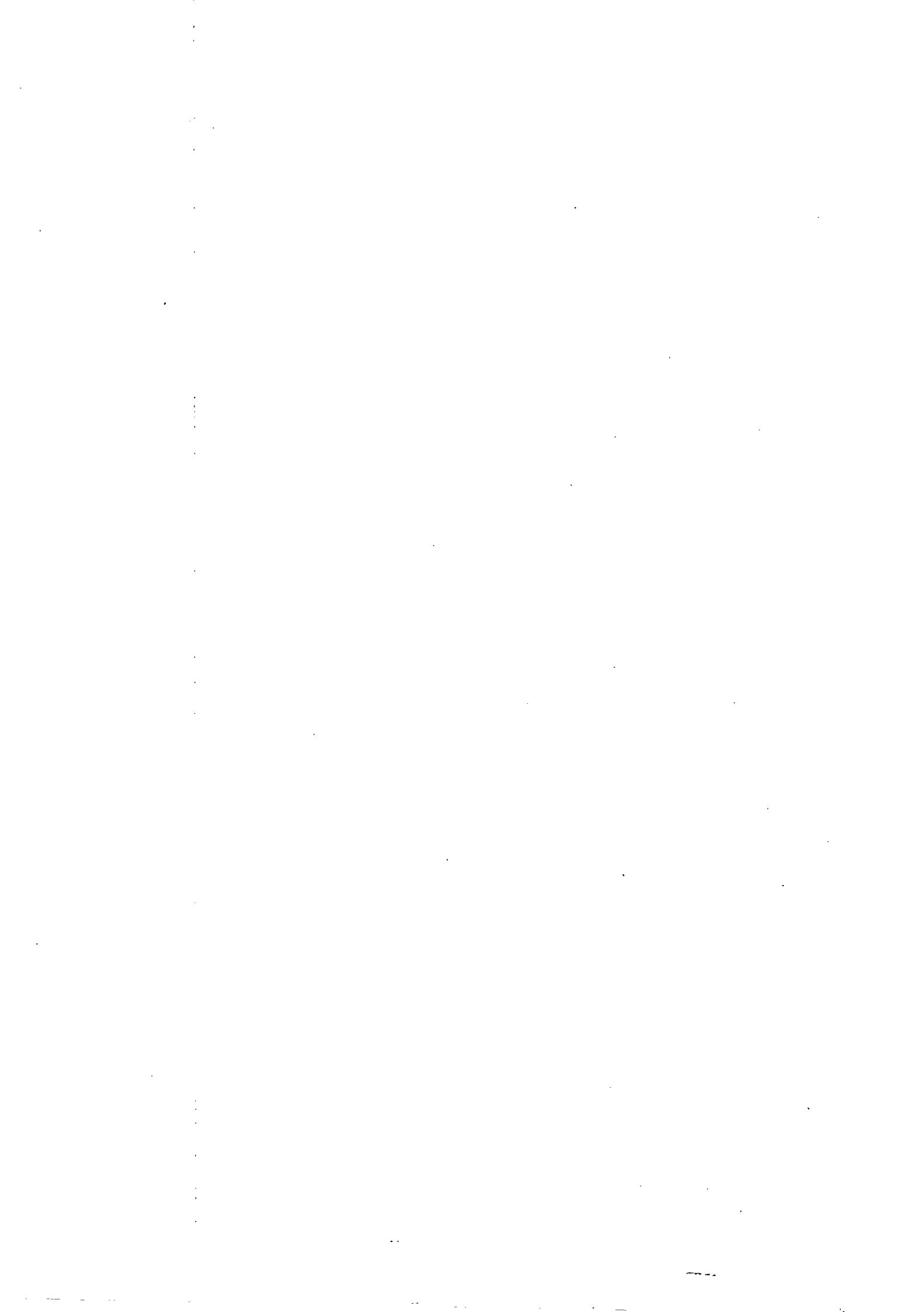
O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente quero pedir aos colegas que fazem parte do grupo de trabalho que foi constituído esta manhã que terminada esta reunião não se ausentem sugerindo que façamos a reunião aqui mesmo nesta Sala

O Sr Presidente — Srs Deputados fica registada esta solicitação do Sr Deputado Silva Marques embora ela esteja fora da ordem dos nossos trabalhos

Para terminar quero informá-los de que haverá uma conferência de líderes na próxima semana e que provavelmente já não há mais nenhuma reunião da Comissão Permanente uma vez que o Plenário irá ter início no próximo dia 17 de Outubro às 15 horas. Está encerrada a reunião

Eram 17 horas e 45 minutos

OS REDACTORES Jose Diogo e Leonor Ferreira



 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

D p o t l g l 8818/85

IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA E P

AVISO

Por ordem superior e para constar comunica se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não traga apostila a competente ordem de publicação assinada e autenticada com selo branco



PORTE
PAGO

1 — P ç d pág p d l 4\$50 p ç p
l h d 93\$

2 — P d D d A mbl d
R p bl p d d mp d d d
J D mb d d O m p bl d m
N mb D mb d q mpl am l gi
l t dq d p ç d p

3 — O p az d l m ç d f lt d D d R p
bl p t g m t g
p m d 30 90 d d t d p bl ç

PREÇO DESTE NÚMERO 117\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex